



PRRN
Programa para a
Rede Rural
Nacional

2014

Relatório de Execução



ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	7
1 ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS	11
2 FUNCIONAMENTO E ATIVIDADES DA REDE RURAL NACIONAL	12
3 ESTADO DE REALIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO	12
3.1 PERÍODOS DE CANDIDATURA E CONCURSOS ABERTOS	12
3.2 PEDIDOS DE APOIO ENTRADOS E INVESTIMENTO PROPOSTO.....	13
3.3 ANÁLISE, APROVAÇÃO E CONTRATAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO	15
3.4 BALANÇO DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	17
3.4.1 ÁREA DE INTERVENÇÃO 1 – CAPITALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA E DO CONHECIMENTO	17
3.4.2 ÁREA DE INTERVENÇÃO 2 – FACILITAÇÃO DA COOPERAÇÃO	21
3.4.3 ÁREA DE INTERVENÇÃO 3 – OBSERVAÇÃO DO MUNDO RURAL	24
3.4.4 ÁREA DE INTERVENÇÃO 4 – FACILITAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO	27
3.4.5 ÁREA DE INTERVENÇÃO 5 – FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DO PROGRAMA.....	30
3.4.6 ÁREAS DE INTERVENÇÃO – INDICADORES DE REALIZAÇÃO / RESULTADO	32
4 ESTADO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA	35
4.1 EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA	35
4.2 FLUXOS FINANCEIROS COM A COMISSÃO EUROPEIA.....	38
5 MEDIDAS ADOTADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO	39
5.1 MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	39
5.1.1 ACOMPANHAMENTO	39
5.1.2 AVALIAÇÃO	39
5.2 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	41
5.3 SISTEMAS DE CONTROLO	41
5.4 PROBLEMAS MAIS IMPORTANTES VERIFICADOS NA GESTÃO DO PROGRAMA	42
5.4.1 MONITORIZAÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS – “OPERAÇÃO LIMPEZA”	43
5.5 EXAME ANUAL DO PROGRAMA	44
5.6 REUNIÃO DO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO	45
5.7 MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR QUE O PROGRAMA É OBJETO DE PUBLICIDADE	47
5.7.1 SITE DO PRRN	47
5.7.2 CONTACT CENTER.....	49
5.7.3 COMUNICAÇÃO INTERNA	49
6 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS POLITICAS COMUNITÁRIAS	50
6.1 CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À CONCORRÊNCIA	50
6.2 CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À CONTRATAÇÃO PÚBLICA	50
6.3 CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À PROTEÇÃO E MELHORIA DO AMBIENTE	50
6.4 CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À IGUALDADE ENTRE OS GÉNEROS E À NÃO DISCRIMINAÇÃO	51
7 REUTILIZAÇÃO DOS MONTANTES RECUPERADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 33º DO REGULAMENTO (CE) Nº 1290/2005.....	52
ANEXOS.....	53

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1:	DOTAÇÃO GLOBAL DO PRRN	11
QUADRO 2:	CONCURSOS E PERÍODOS ABERTOS A 31-12-2014.....	13
QUADRO 3:	PA ENTRADOS A 31-12-2014	14
QUADRO 4:	PROCESSO DE CONTRATAÇÃO (EM 2014)	16
QUADRO 5:	PROCESSO DE CONTRATAÇÃO (A 31-12-2014)	17
QUADRO 6:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS A 31-12-2014	18
QUADRO 7:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 1 - PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR A 31-12-2014	19
QUADRO 8:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 1 - PA CONTRATADOS POR AÇÕES / ATIVIDADES A 31-12-2014	20
QUADRO 9:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS A 31-12-2014	21
QUADRO 10:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 2 - PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR A 31-12-2014	22
QUADRO 11:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 2 - PA CONTRATADOS POR AÇÕES / ATIVIDADES A 31-12-2014	23
QUADRO 12:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS A 31-12-2014	24
QUADRO 13:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 3 - PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR A 31-12-2014	25
QUADRO 14:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 3 - PA CONTRATADOS POR AÇÕES / ATIVIDADES A 31-12-2014	26
QUADRO 15:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 4 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS A 31-12-2014	28
QUADRO 16:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 4 - PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR A 31-12-2014	28
QUADRO 17:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 4 - PA CONTRATADOS POR AÇÕES / ATIVIDADES A 31-12-2014	30
QUADRO 18:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 5 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS A 31-12-2014	31
QUADRO 19:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 1 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO A 31-12-2014.....	32
QUADRO 20:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 2 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO A 31-12-2014.....	32
QUADRO 21:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 3 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO A 31-12-2014.....	33
QUADRO 22:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 4 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO A 31-12-2014.....	33
QUADRO 23:	INDICADORES DO PRRN A 31-12-2014	34
QUADRO 24:	EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PRRN.....	35
QUADRO 25:	CUMPRIMENTO DA REGRA N+2	35
QUADRO 26:	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO 2008-2014 (POR ÁREAS DE INTERVENÇÃO)	37
QUADRO 27:	FLUXOS FINANCEIROS COM A COM	38
QUADRO 28:	PEDIDOS DE PAGAMENTO INTERMÉDIOS E REEMBOLSOS DA COM	38
QUADRO 29:	PUBLICIDADE – INDICADORES DO SITE EM 2014	48
QUADRO 30:	RECUPERAÇÕES - BASE DE DADOS DE DEVEDORES A 31-12-2014	52

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1:	DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO Nº DE PA ENTRADOS E % DO INVESTIMENTO.....	14
FIGURA 2:	SITUAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO 31-12-2014	15
FIGURA 3:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DP PAGA A 31-12-2014	19
FIGURA 4:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DP PAGA A 31-12-2014	22
FIGURA 5:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DP PAGA A 31-12-2014	26
FIGURA 6:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 4 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DP PAGA A 31-12-2014	29
FIGURA 7:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 5 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DP PAGA A 31-12-2014	31
FIGURA 8:	“OPERAÇÃO LIMPEZA” - DESPESA PÚBLICA LIBERTADA A 31-12-2014	43
FIGURA 9:	PUBLICIDADE – ACESSOS AO SITE EM 2014.....	48

ÍNDICE DAS ATIVIDADES

AI1 - CAPITALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA E DO CONHECIMENTO

- 1.1 Elaboração do quadro de prioridades, segundo áreas temáticas;
- 1.2 Promover a identificação, a análise e a difusão de boas práticas e novos conhecimentos que respondam às necessidades dos agentes e a criação e gestão de uma base de dados específica para o efeito;
- 1.3 Promover o acompanhamento da integração de boas práticas transferidas no desempenho dos agentes de desenvolvimento rural;
- 1.4 Promover ações de formação para novos GAL aproveitando a experiência e o conhecimento adquiridos no âmbito das Iniciativas LEADER.

AI2 - FACILITAÇÃO DA COOPERAÇÃO

- 2.1 Identificar os fatores que têm obstado à prática da cooperação, nomeadamente no âmbito da experiência LEADER e estabelecer o quadro de necessidades para aumentar e melhorar a prática de cooperação;
- 2.2 Formar técnicos e públicos-alvo interessados na cooperação e providenciar assistência técnica no âmbito da elaboração de estratégias de cooperação;
- 2.3 Elaborar manual de boas práticas para a cooperação;
- 2.4 Promover ideias/intenções de cooperação, facilitar o encontro entre interessados na cooperação e divulgar boas práticas nomeadamente através de seminários com participação dos GAL.

AI3 - OBSERVAÇÃO DO MUNDO RURAL E DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

- 3.1 Estabelecer e alimentar uma matriz de indicadores que contribua para a identificação dos efeitos das políticas sobre o mundo rural e para facilitar o processo de avaliação do Plano de Desenvolvimento Rural e dos Programas de Desenvolvimento Rural;

- 3.2 Criar grupo temático para aprofundamento metodológico no âmbito do quadro comum de acompanhamento e avaliação, associado à tipificação e qualidade dos indicadores e apuramento dos seus resultados;
- 3.3 Constituir base de dados e produzir estudos, relatórios, análises temáticas e territoriais sobre a evolução da situação de contexto e os efeitos das políticas no mundo rural;
- 3.4 Produzir a informação necessária para avaliação do Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural;
- 3.5 Avaliação do Programa da Rede Rural Nacional.

A14 - FACILITAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO

- 4.1 Elaborar quadro de prioridades em matéria de informação e de canais de comunicação;
- 4.2 Criar e manter o sítio da Rede Rural e outros meios de comunicação que venham a ser considerados adequados ao funcionamento da RR;
- 4.3 Tratar conteúdos e respetiva divulgação.

A15 – FUNCIONAMENTO DA REDE RURAL

- 5.1 Articular e coordenar com a RRE e com as Redes Nacionais dos restantes Estados Membros;
- 5.2 Animar e coordenar, a nível nacional, a atividade da Rede prevista no Plano de Ação;
- 5.3 Elaborar e implementar o plano de comunicação e de publicitação da RR.

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AG:	AUTORIDADE DE GESTÃO
AI:	ÁREA DE INTERVENÇÃO
CA:	COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO
DG AGR:	DIREÇÃO-GERAL DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL DA COMISSÃO EUROPEIA
DRADR:	DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
DRAP:	DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS
ETA:	ESTRUTURA TÉCNICA DE ANIMAÇÃO
FEADER:	FUNDO EUROPEU AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
FEEL:	FUNDOS EUROPEUS ESTRUTURAIS E DE INVESTIMENTO
GAL:	GRUPOS DE AÇÃO LOCAL
GPP:	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLÍTICAS
IFAP:	INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS, IP
IGAMAOT:	INSPEÇÃO-GERAL DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
IGF:	INSPEÇÃO-GERAL DE FINANÇAS
LVT:	LISBOA E VALE DO TEJO
OA:	ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES
OP:	ORGANISMO PAGADOR
PA:	PEDIDOS DE APOIO
PDR:	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
PDR 2020:	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO CONTINENTE
PREMAC:	PLANO DE REDUÇÃO E MELHORIA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
ProDeR:	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO CONTINENTE
PRRN:	PROGRAMA PARA A REDE RURAL NACIONAL
RRN:	REDE RURAL NACIONAL
SIIFAP:	SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO IFAP
SIProDeR:	SISTEMA DE INFORMAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO
SRARN:	SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório encontra-se organizado em sete pontos, sendo abordados, entre outros aspetos estabelecidos regulamentarmente, o estado de execução do Plano de Ação da Rede Rural Nacional (RRN), da execução financeira do Programa para a Rede Rural Nacional (PRRN) e quais as medidas adotadas pela Autoridade de Gestão (AG) e pelo Comité de Acompanhamento (CA) no sentido de otimizar a sua execução e ultrapassar dificuldades que se tenham verificado.

Relativamente ao funcionamento e atividades desenvolvidas pela RRN, estes encontram-se retratados no Relatório de Atividades da RRN, produzido pela Estrutura Técnica de Animação da RRN (ETA), que se encontra em anexo e faz parte integrante do presente Relatório de Execução.

1. O PRRN foi aprovado em dezembro de 2008, pela Decisão C (2008) 7840 da Comissão Europeia e inclui um conjunto de apoios financiados pelo FEADER, com o objetivo de assegurar o funcionamento da RRN e das atividades previstas no seu Plano de Ação.

2. Em 2014, o Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, que estabelece o modelo de governação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), incluindo o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e respetivos Programas de Desenvolvimento Rural (PDR), para o período de programação de 2014 a 2020, define também o regime de transição das Autoridades de Gestão (AG) do período de programação 2007-2013 para as AG do Portugal 2020.

3. Em 2014 manteve-se uma elevada taxa de execução do Programa, tal como já vinha a ocorrer desde fevereiro de 2012, com esta taxa a atingir, em dezembro, os 92%.

4. A subexecução global média verificada nas candidaturas de cerca de 21%, aliada à desistência de pedidos de apoio (PA) por parte de promotores e à estimativa da subexecução daqueles que ainda se encontravam por concluir, conduziu a que fosse identificada a necessidade do programa assumir compromissos adicionais.

Por existirem 3 candidaturas do concurso aberto em 2013 para a AI 4, candidaturas essas que tinham ficado suspensas por não existir garantia de disponibilidade financeira para a sua eventual aprovação, foi entendido que estas transitariam para 2014 não tendo sido necessário abrir novo concurso. As novas aprovações incidiram nas seguintes prioridades temáticas:

- ❖ Valorização dos produtos locais e comercialização;
- ❖ Inovação e empreendedorismo em meio rural;

- ❖ PAC pós 2013 e articulação das políticas de desenvolvimento rural com outras políticas de incidência no território.

5. No que respeita às áreas temáticas sobre as quais foram desenvolvidas as iniciativas realizadas no âmbito dos PA que foram concluídos até ao fim de dezembro de 2014, que têm por objetivo assegurar a execução do Plano de Ação e dos Planos de Atividades da RRN (AI 1 a 4), verifica-se que apenas a AI 4 ainda se encontra em execução, sendo dominantes as seguintes área temáticas:

- ❖ Divulgação das boas práticas identificadas, assim como dos produtos resultantes do funcionamento da rede no âmbito de outras áreas de intervenção.
- ❖ Informação sobre novas tecnologias, novas técnicas que respondam aos problemas dos agentes económicos e da população, com predominância da produção de materiais de comunicação.

6. No que concerne ao sistema de informação do ProDeR, não houve a necessidade de alterações, mantendo-se o funcionamento dos instrumentos de monitorização da execução dos PA.

O Sistema de Informação do IFAP (SIIFAP) manteve-se como o sistema de base de suporte à análise, decisão, contratação e pagamentos relativos aos PA.

7. Em 2014 deu-se continuidade à Estratégia de Comunicação adotada nos anos anteriores, i.e., o estabelecimento de uma interligação entre o ProDeR e o PRRN em todas as multiplataformas comunicacionais utilizadas, prática que se tem revelado amplificadora das mensagens que cada um dos Programas comporta e um meio muito eficaz de transmissão da informação.

A rapidez, a facilidade e o baixo custo de acesso à informação proporcionados pela *internet*, bem como a possibilidade de disponibilizar imediatamente consideráveis volumes de informação, fizeram do *site* do PRRN um meio privilegiado de divulgação e informação sobre o Programa.

O *Contact Center* manteve-se também como uma plataforma de comunicação por excelência com o público-alvo do Programa, tendo os seus beneficiários, efetivos ou potenciais, de uma forma direta, célere e eficaz, uma plataforma disponível para exposição de dúvidas, apresentação de sugestões ou resolução de problemas.

8. Relativamente às atividades desenvolvidas pela RRN em 2014, estas centraram-se, à semelhança do que ocorreu em 2013, essencialmente nos seguintes domínios:

- ❖ Dinamização das atividades da RRN, tendo sido assegurado o regular funcionamento dos órgãos da RRN, a participação ativa dos membros nas suas atividades, a articulação com as redes europeia e dos outros Estados-Membros e dinamizada a elaboração do Plano de Atividades.

- ❖ Promoção do acesso e disseminação de informação, através do apoio à ação dos agentes envolvidos no desenvolvimento rural, favorecendo e potenciando a troca de informação, de experiências e de conhecimento. Foi dada sequência às ações de informação e publicidade previstas no âmbito do plano de comunicação, que têm como destinatários os membros da RRN, os agentes do desenvolvimento rural e o público em geral.
- ❖ Promoção do conhecimento e a sua difusão, através de: constituição de grupos de trabalho temáticos relativos a questões de desenvolvimento rural; edição da revista da RRN; criação de um sistema de identificação, sistematização da informação e respetiva divulgação, relativa às experiências de sucesso; desenvolvimento, no novo *site internet* da RRN, de um centro de recursos, organizado por áreas temáticas, dando acesso a informação relacionada com o desenvolvimento rural, bem como se procedeu à difusão das atividades e dos resultados das operações apoiadas pelo PRRN e tendo também sido disponibilizados conteúdos e documentos sobre desenvolvimento rural, boas práticas e novos conhecimentos produzidos pela Rede Europeia de Desenvolvimento Rural e pelas Redes Rurais dos outros Estados-Membros.
- ❖ Apoio à Cooperação LEADER, através da divulgação das informações de oferta e procura de parceiros a nível nacional e transnacional, bem como documentos de orientação metodológica para a cooperação elaborados por outras Redes, exemplos de boas práticas e eventos no âmbito da cooperação.
- ❖ Desenvolvimento de atividades de preparação da futura Rede Rural Nacional.

1 ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS

O Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, que estabelece o modelo de governação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), incluindo o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e respetivos Programas de Desenvolvimento Rural (PDR), para o período de programação de 2014 a 2020, define também o regime de transição das Autoridades de Gestão (AG) do período de programação 2007-2013 para as AG do Portugal 2020.

Nesse enquadramento, o artigo 83.º, nos seus n.º 3 e n.º 4, alínea f), determina a extinção da AG do PRODER e do PRN e a assunção das suas competências, direitos e obrigações, pela AG do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020).

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2014, de 30 de outubro, criou a AG do PDR 2020, estrutura de missão encarregue da execução e gestão deste Programa, bem como de encerrar o PRN.

Relativamente à estrutura do PRN, em 2014 não foram apresentadas propostas de alteração, de natureza física ou financeira, mantendo-se a dotação financeira do Programa conforme proposta de reprogramação apresentada em fevereiro de 2012 e aceite pela Comissão Europeia a 27 de março de 2012 - Decisão C (2012) 2063.

Quadro 1: Dotação global do PRN

Decisão C (2012) 2063 de 27 de março de 2012

Un: mil euros

TIPOLOGIA DA DESPESA DA REDE RURAL	Despesa pública	Contributo FEADER	%
Plano de Ação da RR Implementação, execução e avaliação da RR	9.054	7.397	79%
Gestão da estrutura da RR	2.676	1.938	21%
TOTAL	11.730	9.336	100%

2 FUNCIONAMENTO E ATIVIDADES DA REDE RURAL NACIONAL

O funcionamento da RRN é promovido pela ETA, cujo Relatório de Atividades se apresenta em anexo.

3 ESTADO DE REALIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

3.1 PERÍODOS DE CANDIDATURA E CONCURSOS ABERTOS

No ano de 2014 manteve-se a elevada taxa de execução do Programa que atingiu, em dezembro, os 92%. Para além do acompanhamento da evolução da execução, foi também monitorizada a taxa de compromissos do Programa (93% no final do ano), de forma a permitir, em tempo útil, a tomada de decisão relativa a uma eventual necessidade de aprovação de novas candidaturas garantindo, assim, a plena utilização dos apoios disponíveis no Programa.

A subexecução global verificada nas candidaturas de cerca de 21%, aliada à estimativa da subexecução dos PA que ainda se encontram por concluir, conduziu a que fosse identificada a necessidade do Programa assumir compromissos adicionais.

Assim, e uma vez que existiam 3 candidaturas do concurso aberto em 2013 para a AI 4, que tinham ficado suspensas na medida em que não existia ainda garantia de disponibilidade financeira para a sua eventual aprovação, estas transitaram para 2014 não tendo sido necessário abrir um novo concurso.

Estas novas aprovações incidiram nas seguintes prioridades temáticas, previstas no plano de atividades da RRN para 2014:

- ❖ Valorização dos produtos locais e comercialização;
- ❖ Inovação e empreendedorismo em meio rural;
- ❖ PAC pós 2013 e articulação das políticas de desenvolvimento rural com outras políticas de incidência no território.

Quadro 2: Concursos e períodos abertos a 31-12-2014

ÁREAS DE INTERVENÇÃO		CONCURSOS / PERÍODOS			
		2014	Acumulado		
		Nº	Nº	Despesa pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA RRN		0	5	12.978	6.489
AI1	Capitalização da experiência e do conhecimento	-	1	5.404	2.702
AI2	Facilitação da cooperação	-	1	1.090	545
AI3	Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural	-	1	2.528	1.264
AI4	Facilitação do acesso à informação	-	2	3.956	1.978
FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DA REDE RURAL		-	2	3.843	1.922
AI5	Funcionamento da rede rural	-	2	3.843	1.922
TOTAL		0	7	16.821	8.411

3.2 PEDIDOS DE APOIO ENTRADOS E INVESTIMENTO PROPOSTO

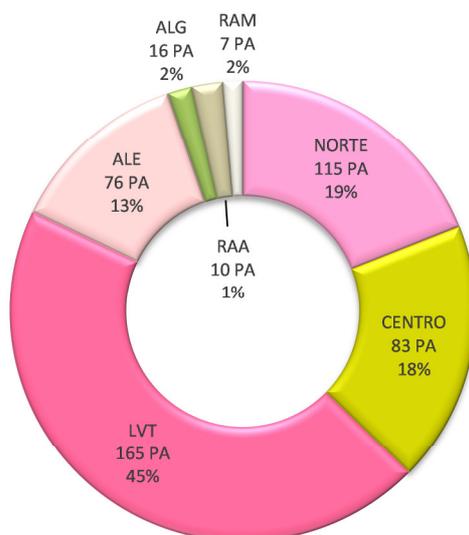
Como já foi referido, no ano de 2014 não foram abertos novos concursos pelo que se mantém a informação relativa ao número total de PA entrados e ao investimento proposto, incluído no Relatório de Execução de 2013, conforme apresentado no quadro seguinte.

Quadro 3: PA entrados a 31-12-2014

ÁREAS DE INTERVENÇÃO		PA entrados	
		Nº	Invest. total (mil euros)
EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA RRN		436	33.286
AI1	Capitalização da experiência e do conhecimento	203	16.362
AI2	Facilitação da cooperação	23	1.418
AI3	Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural	57	3.536
AI4	Facilitação do acesso à informação	153	11.971
FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DA REDE RURAL		36	3.996
AI5	Funcionamento da rede rural	36	3.996
TOTAL		472	37.282

Consequentemente, também a distribuição regional dos PA submetidos não se altera face à informação transmitida relativamente aos dados de 2013.

Figura 1: Distribuição regional do nº de PA entrados e % do investimento



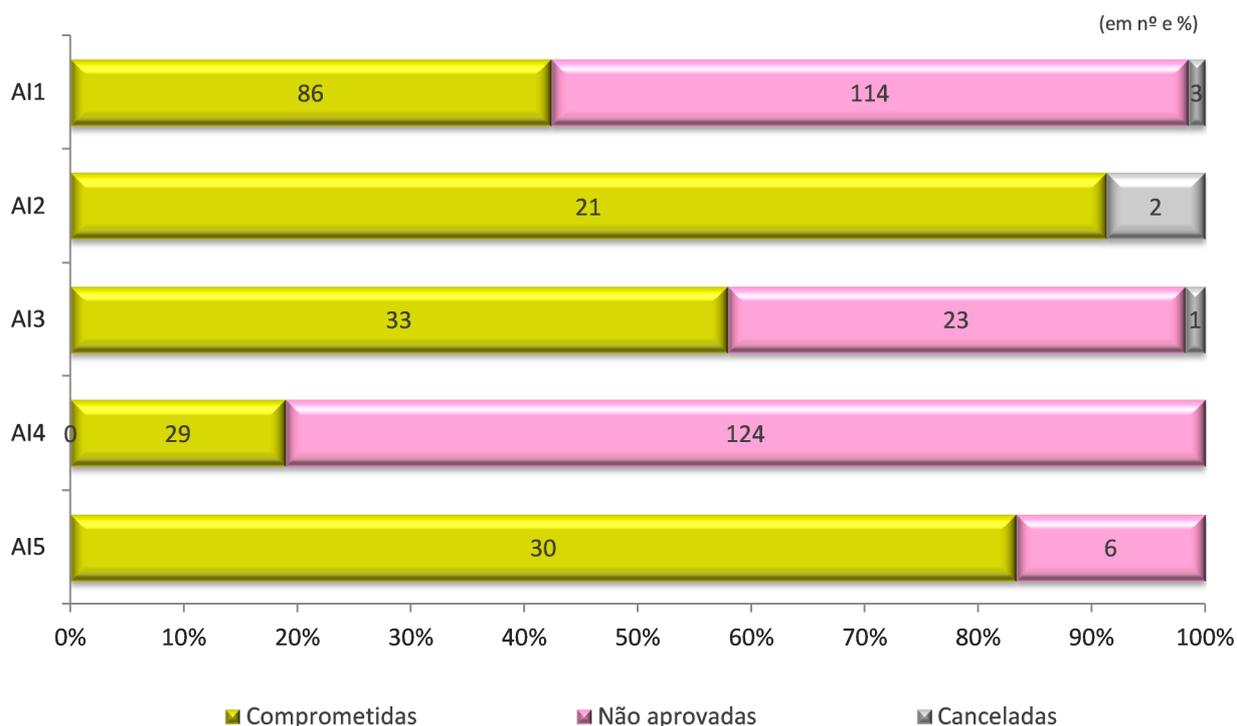
3.3 ANÁLISE, APROVAÇÃO E CONTRATAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO

Na sequência da abertura do concurso para a AI 4 em 2013, ficaram 3 PA por analisar em 2014 na medida em que não existia ainda garantia de disponibilidade financeira para a sua eventual aprovação.

Tendo-se verificado uma libertação de verbas originada pela subexecução dos PA à medida que estes foram sendo concluídos, pela subexecução estimada para aqueles que ainda se encontravam em execução, bem como pelos valores efetivos das novas aprovações, os 3 PA transitados foram objeto de análise e posterior aprovação em 2014, representando uma despesa pública aprovada de cerca de 140 mil euros.

Assim, relativamente à situação verificada em 2013, há apenas a registar o acréscimo destes 3 PA aprovados na AI 4.

Figura 2: Situação dos pedidos de apoio 31-12-2014



Relativamente ao processo de contratação, em 2014 foram contratados 10 novos PA (dos quais 7 foram aprovados ainda em 2013 e 3 em 2014), num valor de despesa pública de 408 mil euros.

Quadro 4: Processo de contratação (em 2014)

Un.: mil euros

ÁREAS DE INTERVENÇÃO		PA entrados		PA aprovados		PA contratados			
		Nº	Invest. total	Nº	Invest. total	Nº	Invest. total	Despesa pública	FEADER
EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA RRN		-	-	3	140	10	408	408	204
AI1	Capitalização da experiência e do conhecimento	-	-	-	-	-	-	-	-
AI2	Facilitação da cooperação	-	-	-	-	-	-	-	-
AI3	Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural	-	-	-	-	-	-	-	-
AI4	Facilitação do acesso à informação	-	-	3	140	10	408	408	204
FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DA REDE RURAL		-	-	-	-	-	-	-	-
AI5	Funcionamento da rede rural	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		-	-	3	140	10	408	408	204

Em termos acumulados (período 2008-2014) foram contratados 199 PA no valor de 11.833 mil euros de despesa pública e 8.698 mil euros de Fundo. Da despesa pública contratada, 40% pertence à AI 1, 6% à AI 2, 14% à AI 3, 17% à AI 4 e 23% à AI 5, conforme quadro seguinte.

A taxa de contratação global no final de 2014 representava cerca de 101% da despesa pública programada para o período 2008-2014, evidenciando a existência de um ligeiro *overbooking*, situação esta inteiramente justificável em sede de encerramento do Programa.

Quadro 5: Processo de contratação (a 31-12-2014)

Un.: mil euros

ÁREAS DE INTERVENÇÃO		PA entrados		PA aprovados		PA contratados			
		Nº	Invest. total	Nº	Invest. total	Nº	Invest. total	Despesa pública	FEADER
EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA RRN		436	33.286	169	9.137	169	9.137	9.137	7.102
AI1	Capitalização da experiência e do conhecimento	203	16.362	86	4.779	86	4.779	4.779	4.036
AI2	Facilitação da cooperação	23	1.418	21	686	21	686	686	512
AI3	Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural	57	3.536	33	1.608	33	1.608	1.608	1.232
AI4	Facilitação do acesso à informação	153	11.971	29	2.065	29	2.065	2.065	1.322
FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DA REDE RURAL		36	3.996	30	2.696	30	2.696	2.696	1.596
AI5	Funcionamento da rede rural	36	3.996	30	2.696	30	2.696	2.696	1.596
TOTAL		472	37.282	199	11.833	199	11.833	11.833	8.698

3.4 BALANÇO DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO

No presente ponto apresenta-se a informação correspondente às AI 1 a 4, que permitem dar sequência à execução do plano de ação da RRN, incidindo sobre o universo dos PA aprovados.

É feita igualmente referência à AI 5, que constitui o suporte financeiro para o funcionamento da estrutura de gestão da RRN e do PRRN.

Mais uma vez, a atividade das cinco AI centrou-se na execução das candidaturas contratadas, tendo a sua grande maioria sido concluída.

3.4.1 ÁREA DE INTERVENÇÃO 1 – CAPITALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA E DO CONHECIMENTO

Esta AI encontra-se financeiramente concluída tendo-se verificado apenas alguns ajustamentos resultantes da libertação de verbas originada pela subexecução dos PA à medida que estes foram sendo concluídos.

Assim, mantém-se a informação anteriormente relatada, i.e., a região de LVT foi a mais representativa em termos de número de PA contratados (38%), tal como se observa no quadro seguinte. Esta representatividade acentuou-se no que respeita a despesa pública, pois esta representa 42% da total contratada.

Quadro 6: Área de intervenção 1 - Distribuição regional dos PA contratados a 31-12-2014

Un.: mil euros

REGIÃO	Total contratado		
	Nº PA	Despesa pública	FEADER
Norte	26	1.221	1.012
Centro	6	420	357
LVT	33	2.013	1.711
Alentejo	20	1.079	917
Algarve	1	46	39
Madeira	-	-	-
Açores	-	-	-
TOTAL	86	4.779	4.036

No que respeita à tipologia dos promotores, verificou-se que 73% do número total de PA contratados se constituem sob a forma de parcerias, sendo que destas 89% integram parceiros privados, representando as parcerias 59% da despesa pública contratada. Este aspeto é um indicador do sucesso do Programa nesta AI, no que respeita à promoção do trabalho em parceria.

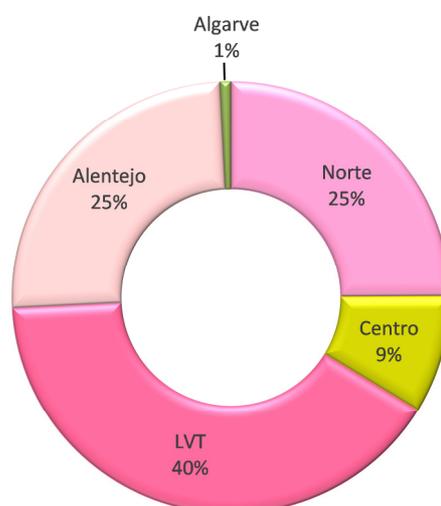
Quadro 7: Área de intervenção 1 - PA contratados por tipologia do promotor a 31-12-2014

TIPOLOGIA	Nº PA	Despesa pública	
		Mil euros	%
Isolada	23	1.944	41%
Parceria privada	25	1.259	26%
Parceria pública	7	277	6%
Parceria pública / privada	31	1.299	27%
TOTAL	86	4.779	100%

Quanto aos pagamentos efetuados aos beneficiários no âmbito da AI 1, estes representam 44% do total pago no PRRN e ascendem a 4.779 mil euros de despesa pública, o que corresponde a 4.062 mil euros de FEADER. Este valor representa um acréscimo de 5% relativamente ao montante pago à data do anterior Relatório.

A sua repartição regional é a apresentada na figura seguinte, mantendo-se a relevância da região de LVT.

Figura 3: Área de intervenção 1 - Distribuição regional da DP paga a 31-12-2014



Relativamente ao contributo para o Plano de Ação e Planos de Atividades da RRN, os PA incidem sobre as ações e atividades descritas no quadro seguinte.

Quadro 8: Área de intervenção 1 - PA contratados por ações / atividades a 31-12-2014

AÇÕES	ATIVIDADES	Nº PA [*]	Desp. pública (mil euros)	% do total
Ações de formação para novos GAL	Possibilitar a aquis. de competências técnicas de âmbito transversal e em áreas específicas, para o funcionam. GAL	3	21	0,4%
	Possibilitar a aquis. de competências técnicas em áreas específicas, para a implem. e avaliação da estratégia local	5	17	0,4%
Acompanhamento da integração de boas práticas	Acompanhar, monitorizar e avaliar a integração de novas práticas e novos conhecimentos	8	38	0,8%
	Avaliar a adequabilidade e eficácia das metodologias aplicadas	5	6	0,1%
	Avaliar os efeitos da transferência das boas práticas e dos novos conhecimentos	9	21	0,4%
	Definir metodologias de análise e transferência de boas práticas e novos conhecimentos	11	72	1,5%
	Divulgar os resultados obtidos com a integração de novas práticas e dos novos conhecimentos	14	100	2,1%
Identificação, análise e difusão de boas práticas	Identificar, analisar e divulgar boas práticas e projetos de sucesso	57	1.621	33,9%
	Produzir e divulgar conhecimentos sobre novas abordagens	49	930	19,5%
	Produzir e divulgar conhec. sobre os fatores condicionantes ou potenciadores do sucesso e as metod. utilizadas	72	1.954	40,9%
TOTAL		233	4.779	100%

[*] Existem repetições porque um PA pode incidir em mais do que uma atividade. Nº PA contratados na AI 1 = 86.

É manifesto o grande destaque do número de PA que têm como objetivo questões ligadas com a implementação de boas práticas, nomeadamente a sua identificação, análise, difusão e acompanhamento, que representam 94% da despesa pública aprovada. Esta evidência denota um elevado grau de preocupação dos agentes em identificar e difundir as melhores práticas, de forma a melhorar a competitividade das atividades desenvolvidas em meio rural.

3.4.2 ÁREA DE INTERVENÇÃO 2 – FACILITAÇÃO DA COOPERAÇÃO

Esta AI também se encontra financeiramente concluída tendo-se verificado apenas alguns ajustamentos resultantes da libertação de verbas originada pela subexecução dos PA à medida que estes foram sendo concluídos.

Assim, mantém-se a informação anteriormente relatada, i.e., a região de LVT foi a mais representativa em termos de número de PA contratados (33%), tal como se observa no quadro seguinte. Esta representatividade acentuou-se no que respeita a despesa pública, pois esta representa 45% da total contratada.

Quadro 9: Área de intervenção 2 - Distribuição regional dos PA contratados a 31-12-2014

Un.: mil euros

REGIÃO	Total contratado		
	Nº PA	Despesa pública	FEADER
Norte	6	76	64
Centro	5	181	154
LVT	7	312	199
Alentejo	2	109	88
Algarve	1	9	7
Madeira	-	-	-
Açores	-	-	-
TOTAL	21	686	512

No que respeita à tipologia dos promotores, verificou-se que 81% do número total de PA contratados se constituem sob a forma de parcerias, sendo que destas, 88% integram parceiros privados, representando as parcerias 62% da despesa pública contratada. Este aspeto é um indicador relevante do sucesso do Programa nesta AI, no que respeita à promoção do trabalho em parceria.

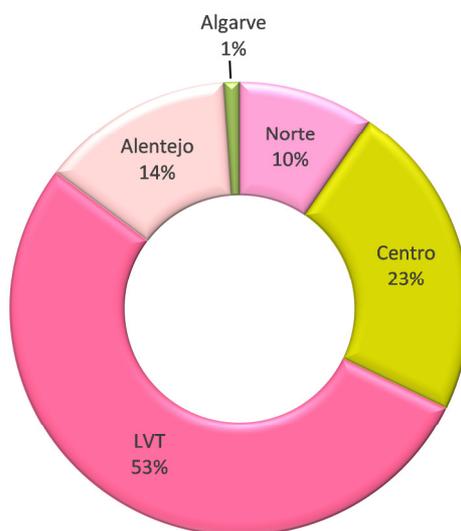
Quadro 10: Área de intervenção 2 - PA contratados por tipologia do promotor a 31-12-2014

TIPOLOGIA	Nº PA	Despesa pública	
		Mil euros	%
Isolada	4	258	38%
Parceria privada	13	346	50%
Parceria pública	2	4	1%
Parceria pública / privada	2	78	11%
TOTAL	21	686	100%

Quanto aos pagamentos efetuados aos beneficiários no âmbito da AI 2, estes representam 6% do total pago no PRRN e ascendem a 662 mil euros de despesa pública, o que corresponde a 496 mil euros de FEADER. Este valor representa um acréscimo de 3%, relativamente ao montante pago à data do anterior Relatório.

A sua repartição regional é a apresentada na figura seguinte, mantendo-se a relevância da região de LVT.

Figura 4: Área de intervenção 2 - Distribuição regional da DP paga a 31-12-2014



Relativamente ao contributo para o Plano de Ação e Planos de Atividades da RRN, os PA incidem sobre as ações e atividades descritas no quadro seguinte.

Quadro 11: Área de intervenção 2 - PA contratados por ações / atividades a 31-12-2014

AÇÕES	ATIVIDADES	Nº PA [*]	Desp. pública (mil euros)	% do total
Elaborar manual de boas práticas para a cooperação	Elaborar manual de boas práticas para a cooperação	5	21	3,1%
Formar técnicos e públicos-alvo e providenciar assistência técnica	Apoiar a definição de estratégias, planos de cooperação, parcerias e projetos de cooperação	2	11	1,6%
	Identificar e divulgar boas práticas e projetos inovadores	3	50	7,3%
Formar técnicos e públicos-alvo e providenciar assistência técnica	Promover a organização de ações de formação para os GAL	9	24	3,5%
	Promover a prestação de assistência técnica	3	20	3,0%
Identificar constrangimentos à prática da cooperação	Estabelecer o quadro de necessidades para melhorar os projetos de cooperação	1	5	0,8%
	Identificar os fatores que têm obstado à prática da cooperação	1	5	0,8%
Promover ideias/intenções de cooperação, facilitar comunicação e divulgar boas práticas de cooperação	Facilitar o encontro entre interessados na cooperação	7	191	27,8%
	Promover a divulgação de boas práticas	15	195	28,4%
	Promover o encontro de parceiros	11	163	23,8%
TOTAL		57	686	100%

[*] Existem repetições porque um PA pode incidir em mais do que uma atividade. Nº PA contratados na AI 2 = 21.

É evidente a importância do número de PA que têm como objetivo promover ideias/intenções de cooperação, facilitar a comunicação e divulgar boas práticas de cooperação, representando 80% da despesa pública aprovada. Esta percentagem demonstra a grande preocupação dos agentes em identificar e difundir as melhores práticas, de forma a melhorar o trabalho em articulação entre os vários atores do meio rural.

3.4.3 ÁREA DE INTERVENÇÃO 3 – OBSERVAÇÃO DO MUNDO RURAL

A AI 3 também se encontra financeiramente concluída tendo-se verificado apenas alguns ajustamentos resultantes da libertação de verbas originada pela subexecução dos PA à medida que estes foram sendo concluídos.

Assim, mantém-se a informação anteriormente relatada, i.e., a região de LVT foi a mais significativa em termos de número de PA contratados (82%), tal como se observa no quadro seguinte. Este domínio permanece em termos de despesa pública, pois esta representa 87% da total contratada.

Refira-se que os PA desta AI têm obrigatoriamente de incluir organismos do MAM ou das secretarias regionais das regiões autónomas que tutelam a área do desenvolvimento rural. Esta condição explica a muito elevada incidência de PA em LVT, uma vez que a sede dos organismos centrais do MAM mais envolvidos na área do desenvolvimento rural se localizam nesta região, sem prejuízo da maioria das atividades apoiadas possuírem uma abrangência de âmbito nacional.

Quadro 12: Área de intervenção 3 - Distribuição regional dos PA contratados a 31-12-2014

Un.: mil euros

REGIÃO	Total contratado		
	Nº PA	Despesa pública	FEADER
Norte	-	-	-
Centro	1	27	14
LVT	27	1.406	1.070
Alentejo	4	127	108
Algarve	-	-	-
Madeira	-	-	-
Açores	1	47	40
TOTAL	33	1.608	1.232

No que respeita à tipologia dos promotores, verificou-se que 91% do número total de PA contratados se constituem sob a forma de parcerias, sendo que destas, 83% integram parceiros privados,

representando as parcerias 90% da despesa pública contratada. Este aspeto é um indicador relevante do sucesso do Programa nesta AI, no que respeita à promoção do trabalho em parceria.

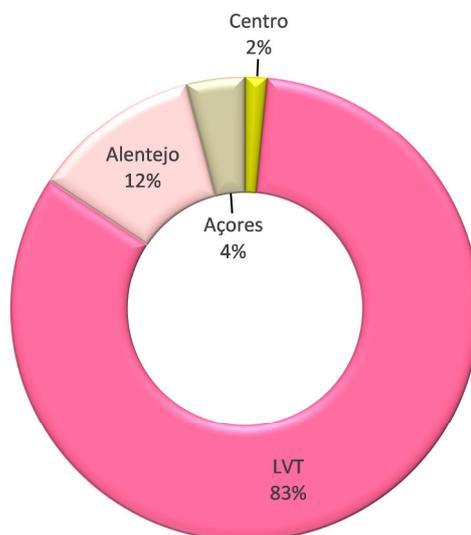
Quadro 13: Área de intervenção 3 - PA contratados por tipologia do promotor a 31-12-2014

TIPOLOGIA	Nº PA	Despesa pública	
		Mil euros	%
Isolada	3	158	10%
Parceria privada	-	-	-
Parceria pública	5	214	13%
Parceria pública / privada	25	1.236	77%
TOTAL	33	1.608	100%

Quanto aos pagamentos efetuados aos beneficiários no âmbito da AI 3, estes representam 15% do total pago no PRRN e ascendem a 1.637 mil euros de despesa pública, o que corresponde a 1.285 mil euros de FEADER. Este valor representa um acréscimo de 8%, relativamente ao montante pago à data do anterior Relatório.

A sua repartição regional é a apresentada na figura seguinte, onde se verifica também o forte domínio da região de LVT.

Figura 5: Área de intervenção 3 - Distribuição regional da DP paga a 31-12-2014



Relativamente ao contributo para o Plano de Ação e Planos de Atividades da RRN, os PA incidem sobre as ações e atividades descritas no quadro seguinte.

Quadro 14: Área de intervenção 3 - PA contratados por ações / atividades a 31-12-2014

AÇÕES	ATIVIDADES	Nº PA [*]	Desp. pública (mil euros)	% do total
Avaliação do PRRN	Avaliação do PRRN	1	2	0,1%
Constituir uma base de dados e produzir estudos, relatórios e análises temáticas e territoriais	Elaborar estudos, relatórios e análises temáticas e territoriais	22	420	26,1%
	Promover estudos de caracterização e de avaliação das políticas	17	601	37,4%
Criar grupo temático para aprofundamento metodológico no âmbito do QCAA	Acompanhar a aplicação do QCAA e participar no trabalho da READR	2	25	1,6%
	Criação e funcionamento do grupo temático de avaliação	3	120	7,5%
	Executar o plano de ação do grupo temático de aprofundamento metodológico	2	82	5,1%
Estabelecer e alimentar uma matriz de indicadores para a identificação dos efeitos das políticas sobre o mundo rural	Apoiar a avaliação do PEN e dos PDR	2	76	4,7%
	Divulgar e promover o debate sobre os seus resultados	2	13	0,8%
	Estabelecer matriz de indicadores e respetivas metodologias de construção	2	117	7,3%
Produzir informação necessária para a avaliação do PENDR	Divulgar e promover o debate sobre os seus resultados	2	5	0,3%
	Produzir a informação necessária para a avaliação do PENDR	4	148	9,2%
TOTAL		59	1.608	100%

[*] Existem repetições porque um PA pode incidir em mais do que uma atividade. Nº PA contratados na AI 3 = 33.

Mantém-se o domínio do número de PA que têm como objetivo constituir uma base de dados e produzir estudos, relatórios e análises temáticas e territoriais relativos à observação do mundo rural e implementação de políticas de desenvolvimento rural, representado mais de 63% da despesa pública aprovada.

3.4.4 ÁREA DE INTERVENÇÃO 4 – FACILITAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO

No final de dezembro de 2013 tinham sido aprovados 7 novos PA nesta AI, com uma despesa pública associada de 268 mil euros, mas cuja contratação apenas ocorreu em 2014. A estas novas contratações acresceram as 3 candidaturas que ficaram por analisar e que transitaram para 2014, na medida em que não existia ainda garantia de disponibilidade financeira para a sua eventual aprovação.

A análise e aprovação destas candidaturas nesta AI revelou-se necessária, dada a subexecução global de 21% verificada nos PA em execução, de forma a garantir que as verbas do Programa sejam plenamente executadas, e corresponde a uma despesa pública aprovada de cerca de 140 mil euros.

Assim, o número de PA contratados passou de 19 em 2013 para 29, com um aumento da despesa pública correspondente de 1.656 mil euros para 2.065 mil euros.

Como se observa no quadro seguinte, a região de LVT mantém-se como a mais representativa em termos de número de PA contratados (48%). Esta representatividade acentuou-se de forma muito significativa em termos de despesa pública, pois esta representa 73% da total contratada.

Quadro 15: Área de intervenção 4 - Distribuição regional dos PA contratados a 31-12-2014

Un.: mil euros

REGIÃO	Total contratado		
	Nº PA	Despesa pública	FEADER
Norte	6	199	124
Centro	5	173	105
LVT	14	1.507	977
Alentejo	4	187	117
Algarve	-	-	-
Madeira	-	-	-
Açores	-	-	-
TOTAL	29	2.065	1.322

No que respeita à tipologia dos promotores, verifica-se que também os novos PA contratados se apresentaram sob a forma isolada o que significa que nesta AI a tipologia dos promotores continua a corresponder na sua totalidade a candidaturas isoladas.

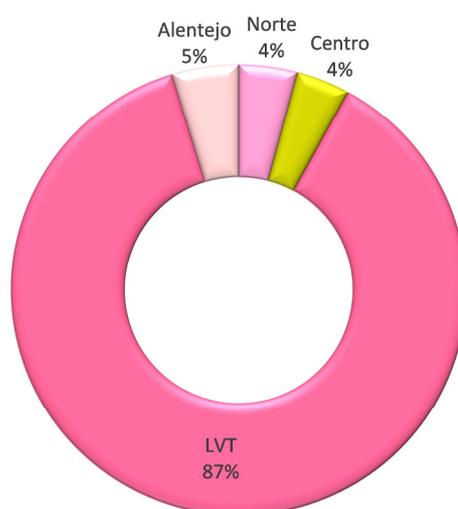
Quadro 16: Área de intervenção 4 - PA contratados por tipologia do promotor a 31-12-2014

TIPOLOGIA	Nº PA	Despesa pública	
		Mil euros	%
Isolada	29	2.065	100%
Parceria privada	-	-	-
Parceria pública	-	-	-
Parceria pública / privada	-	-	-
TOTAL	29	2.065	100%

Quanto aos pagamentos efetuados aos beneficiários estes representam 15% do total pago no PRRN e ascendem a 1.599 mil euros de despesa pública, o que corresponde 1.256 mil euros de FEADER. Este valor representa um acréscimo de 18%, relativamente ao montante pago à data do anterior Relatório.

A sua repartição regional é a apresentada na figura seguinte, onde se continua a verificar o domínio da região de LVT.

Figura 6: Área de intervenção 4 - Distribuição regional da DP paga a 31-12-2014



Relativamente ao contributo para o Plano de Ação e Planos de Atividades da RRN, os PA incidem sobre as ações e atividades descritas no quadro seguinte.

Quadro 17: Área de intervenção 4 - PA contratados por ações / atividades a 31-12-2014

AÇÕES	ATIVIDADES	Nº PA [*]	Desp. pública (mil euros)	% do total
Criar e manter o sítio da Rede Rural e outros meios de comunicação adequados ao seu funcionamento	Criar e atualizar o site RRN	1	99	4,8%
	Criar e manter atualizado um sistema de informação de apoio às atividades da RRN	2	45	2,2%
	Debater temas prioritários no âmbito das áreas de intervenção da RRN	5	115	5,6%
	Divulgar as atividades e os produtos resultantes das iniciativas RRN, RRE e das redes dos EM	2	11	0,5%
	Editar material diverso de informação e divulgação da RRN	4	61	3,0%
	Editar revistas/jornais temáticos	3	94	4,6%
Elab. quadro de prioridades em mat. de inf. e de canais de comunicação	Elaborar um plano de comunicação e informação	3	73	3,5%
Tratar conteúdos e respetiva divulgação	Produção de material áudio visual sobre temas de interesse para o DR	5	176	8,5%
	Realização de eventos (seminários / workshops)	13	259	12,5%
	Tratamento e divulgação de conteúdos temáticos de iniciativas dos membros da RRN	27	1.130	54,8%
TOTAL		65	2.065	100%

[*] Existem repetições porque um PA pode incidir em mais do que uma atividade. Nº PA contratados na AI 4 = 29.

Mantém-se um domínio do número de PA que têm como objetivo tratar conteúdos e respetiva divulgação, representado 76% da despesa pública contratada, o que traduz a preocupação dos promotores com a divulgação de conteúdos relevantes, de forma a potenciar o seu impacto positivo na atividade dos agentes que atuam no mundo rural.

3.4.5 ÁREA DE INTERVENÇÃO 5 – FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DO PROGRAMA

Relativamente à AI 5 a atividade centrou-se na execução dos PA já aprovados e contratados, que têm por objetivo assegurar o funcionamento das estruturas públicas associadas à gestão e funcionamento do Programa e da ETA da RRN.

Quadro 18: Área de intervenção 5 - Distribuição regional dos PA contratados a 31-12-2014

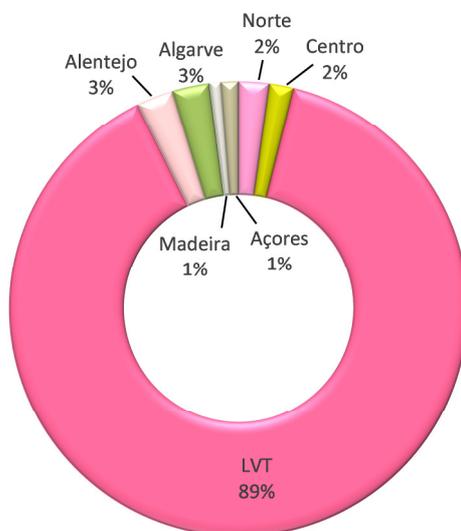
Un.: mil euros

REGIÃO	Total contratado		
	Nº PA	Despesa pública	FEADER
Norte	3	53	43
Centro	3	52	33
LVT	13	2.360	1.376
Alentejo	3	70	39
Algarve	3	74	49
Madeira	3	56	29
Açores	2	31	26
TOTAL	30	2.696	1.596

Quanto aos pagamentos efetuados aos beneficiários no âmbito desta AI, estes representam 20% do total pago no PRRN e ascendem a 2.175 mil euros de despesa pública, a que corresponde 1.524 mil euros de FEADER, representando um acréscimo de 9% relativamente ao total pago até à data do anterior Relatório.

A sua repartição regional é a apresentada na figura seguinte, com destaque para a região de LVT, região onde se situa a sede da AG, da ETA da RRN e do IFAP, I.P.

Figura 7: Área de intervenção 5 - Distribuição regional da DP paga a 31-12-2014



3.4.6 ÁREAS DE INTERVENÇÃO – INDICADORES DE REALIZAÇÃO / RESULTADO

No que respeita às atividades realizadas no âmbito dos PA que se encontram já concluídos, sendo que estes são a esmagadora maioria dos que têm por objetivo assegurar a execução do Plano de Ação e dos Planos de Atividades da RRN (AI 1 a 4), a sua situação apresenta-se nos quadros seguintes.

Quadro 19: Área de intervenção 1 - Indicadores de realização a 31-12-2014

Área de intervenção 1		Área temática								TOTAL
		Competitividade empresarial, inovação, empreendedorismo e gestão	Diversificação da economia rural/turismo rural	Agricultura	Ambiente e ordenamento do território	Qualidade de vida da população rural/equipamentos de apoio social	Implementação e avaliação de políticas	Cooperação	Governança	
Nº PA concluídos	Indicador									
86	Nº de estudos elaborados	64	61	5	26	1	10	20	-	187
	Nº de manuais elaborados	70	12	20	8	-	1	1	6	118
	Nº de atividades de divulgação realizadas	334	43	194	87	2	41	-	2	703
	Nº de ações de formação realizadas	38	9	-	-	-	-	-	-	47
	Nº de formandos	344	18	-	-	-	-	-	-	362

Como se pode observar relativamente à AI 1, a área temática sobre a qual incide um maior número de iniciativas continua a ser a da “Competitividade empresarial, inovação, empreendedorismo e gestão”, com destaque para as atividades de divulgação.

Esta realidade evidencia a preocupação dos agentes com questões respeitantes a fatores críticos de sucesso das empresas, particularmente daquelas que desenvolvem atividades no mundo rural.

Quadro 20: Área de intervenção 2 - Indicadores de realização a 31-12-2014

Área de intervenção 2		Área temática					TOTAL
		Estratégias de cooperação	Informação sobre apoios à cooperação	Cooperação na valorização territorial	Formação para a cooperação	Identificação de constrangimentos e boas práticas para a cooperação	
Nº PA concluídos	Indicador						
21	Nº de atividades de divulgação/diagnóstico realizadas	4	1	75	-	89	169
	Nº de ações de formação realizadas	-	1	-	6	1	8
	Nº de formandos	-	28	-	108	33	169

No que respeita à AI 2, dirigida aos grupos de ação local, mantem-se a área temática sobre a qual incide um maior número de iniciativas - “Identificação de constrangimentos e boas práticas para a cooperação”, com destaque para as atividades de divulgação/diagnóstico.

A área temática “Cooperação na valorização territorial” também regista um número significativo de atividades de divulgação/diagnóstico.

As necessidades sentidas pelos promotores, relativamente à melhoria das ferramentas de valorização das potencialidades endógenas dos territórios e das capacidades de cooperação entre os agentes, são evidenciadas na preferência pelas áreas temáticas referidas.

Quadro 21: Área de intervenção 3 - Indicadores de realização a 31-12-2014

Área de intervenção 3		Área temática						TOTAL
		Apoio à implementação do quadro de acompanhamento e avaliação dos PDR	Análise de políticas de desenvolvimento rural/articulação com outras políticas com incidência no território	Avaliação de impacto de políticas com incidência no mundo rural em domínios específicos	Elaboração de estudos de evolução das dinâmicas do mundo rural	PAC pós-2013 e articulação das políticas de desenvolvimento rural com outras políticas com incidência no território	Análise de políticas com incidência no mundo rural em domínios específicos	
Nº PA concluídos	Indicador							
32	Nº de estudos elaborados	-	41	26	40	-	-	107
	Nº de atividades de divulgação realizadas	11	34	16	37	5	5	108

Relativamente à AI 3, as áreas temáticas mais representativas são a “Análise de políticas de desenvolvimento rural/articulação com outras políticas com incidência no território” e a “Elaboração de estudos de evolução das dinâmicas do mundo rural” com um número muito semelhante de atividades desenvolvidas.

Quadro 22: Área de intervenção 4 - Indicadores de realização a 31-12-2014

Área de intervenção 4		Área temática			TOTAL
		Programas de desenvolvimento rural	Informação sobre novas tecnologias, novas técnicas que respondam aos problemas dos agentes económicos e da população	Divulgação das boas práticas identificadas, assim como dos produtos resultantes do funcionamento da Rede no âmbito de outras áreas de intervenção	
Nº PA concluídos	Indicador				
13	Nº de atividades de divulgação/informação realizadas	6	3	247	256
	Nº de materiais de comunicação produzidos	14	502	109	625

Na AI 4, as atividades incidem predominantemente sobre as áreas temáticas da “Divulgação das boas práticas identificadas, assim como dos produtos resultantes do funcionamento da rede no âmbito de outras áreas de intervenção” e da “Informação sobre novas tecnologias, novas técnicas que respondam aos problemas dos agentes económicos e da população”, com um domínio ao nível da produção de materiais de comunicação.

Mais uma vez, a preocupação com ferramentas passíveis de melhorar o desempenho das entidades que desenvolvem atividade no mundo rural torna-se evidente pela opção efetuada através da escolha das áreas temáticas referidas.

No que concerne aos indicadores estabelecidos para o Programa, tendo também em atenção os PA já concluídos (179 PA concluídos a 31-12-2014), a situação é a seguinte:

Quadro 23: Indicadores do PRN a 31-12-2014

AI	INDICADORES	Período 2009-2014		
		Uni.	Objetivo	Realizado
1	Temas explorados/ano	nº	6	31
	Ações desenvolvidas/ano	nº	12	125
	Participantes em ações de transferência de experiência e do conhecimento estabelecidas/ano	nº	100	60
2	Sessões de formação realizadas	nº	12	8
	Projetos de cooperação entre territórios efetivados de entre os projetos promovidos pela RR	%	75	57
	Participantes nas sessões de formação realizadas	nº	100	169
3	Estudos/análises produzidas/ano	nº	3	18
	Agentes envolvidos	nº	30	16
4	Prazo para disponibilização do <i>site</i> após aprovação do Plano de Ação	meses	3	3
	Prazo para disponibilização do fórum após criação do <i>site</i> da RR/ano	meses	3	40
	Periodicidade de distribuição da newsletter	meses	1	1,2
	Iniciativas de divulgação por ano	nº	12	43
	Novos conteúdos introduzidos no <i>site</i> da RR/ano	nº	52	110
	Dias em que o <i>site</i> da RR está acessível	%	100	100
	Visitas/mês	nº	-	5.070
	Evolução do número de destinatários da newsletter (aumento mensal)	%	crescente	1,4

Apesar dos constrangimentos que o Programa teve no seu início, no final de 2014 estavam cumpridos 12 dos 16 indicadores quantificáveis estabelecidos.

4 ESTADO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

4.1 EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA

Em 2014 o PRRN apresentou uma execução financeira acumulada de 10.852 mil euros de despesa pública total e 8.623 mil euros de comparticipação FEADER. Esta execução permitiu alcançar em novembro de 2013 a meta necessária para o cumprimento da regra n+2 de 2014 e em novembro de 2014 a relativa ao ano de 2015.

Quadro 24: Execução financeira do PRRN

Un.: mil euros

Tipos de despesa com a rede rural nacional	Execução 2014		Execução [*] 2008-2014	
	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
a) Com o funcionamento da estrutura da rede rural nacional	670	564	8.677	7.099
b) Com a execução do plano de ação da rede rural nacional	201	181	2.175	1.524
TOTAL	871	745	10.852	8.623

[*] Despesa declarada à COM - não inclui adiantamentos.

Quadro 25: Cumprimento da regra n+2

Un.: mil euros

Programação Financeira 2008-2012	Pré-financiamento (7% Fundo 2008-2013)	PPI Solicitados	Cumprimento da Regra N+2
1	2	3	4=2+3/1
7.643	825	8.623	124%

Em termos acumulados, a execução atingiu os 92% da dotação de Fundo prevista para a totalidade do período de programação, correspondendo a um aumento de 8% da taxa de execução face ao ano anterior.

Quadro 26: Indicadores de monitorização 2008-2014 (por Áreas de Intervenção)

ÁREAS DE INTERVENÇÃO		Programação financeira 2008-2013 [1]		Compromissos assumidos		Contratos			Pagamentos aos beneficiários [2]		INDICADORES								
		Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Taxa de compromissos 2008-2014 (%)		Taxa de contratação (%)		Taxa de execução 2008-2014 (%)		Taxa de realização (%)	
Cód.	Designação	mil euros			3	mil euros		6	mil euros		mil euros		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública
		1	2	4		5	7		8	9	10	11=4/1	12=5/2	13=7/1	14=8/2	15=9/1	16=10/2	17=9/4	18=10/5
EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA RRN		9.054	7.397	169	9.137	7.102	169	9.137	7.102	8.677	7.099	101%	96%	101%	96%	96%	96%	95%	100%
AI1	Capitalização da experiência e do conhecimento	4.072	3.461	86	4.779	4.036	86	4.779	4.036	4.779	4.062	117%	117%	117%	117%	117%	117%	100%	101%
AI2	Facilitação da cooperação	1.058	828	21	686	512	21	686	512	662	496	65%	62%	65%	62%	63%	60%	96%	97%
AI3	Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural	2.457	1.980	33	1.608	1.232	33	1.608	1.232	1.637	1.285	65%	62%	65%	62%	67%	65%	102%	104%
AI4	Facilitação do acesso à informação	1.466	1.128	29	2.065	1.322	29	2.065	1.322	1.599	1.256	141%	117%	141%	117%	109%	111%	77%	95%
FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DA REDE RURAL		2.676	1.938	30	2.696	1.596	30	2.696	1.596	2.175	1.524	101%	82%	101%	82%	81%	79%	81%	95%
AI5	Funcionamento da rede rural	2.676	1.938	30	2.696	1.596	30	2.696	1.596	2.175	1.524	101%	82%	101%	82%	81%	79%	81%	95%
TOTAL		11.730	9.336	199	11.833	8.698	199	11.833	8.698	10.852	8.623	101%	93%	101%	93%	93%	92%	92%	99%

[1] Nova programação - C(2012) 2063 de 27-03-2012.

[2] Na coluna dos pagamentos aos beneficiários foram retirados os adiantamentos dado que estes não contribuem para a certificação de despesas à Comissão Europeia.

4.2 FLUXOS FINANCEIROS COM A COMISSÃO EUROPEIA

Com a apresentação à COM da declaração de despesas relativa ao 1º trimestre de 2014, o total acumulado do pré-financiamento e dos PPI reembolsados atingiu o limiar dos 95% da dotação do FEADER pelo que, a partir desse exercício não serão efetuados novos reembolsos até à apresentação do último Relatório de Execução do Programa.

Quadro 27: Fluxos financeiros com a COM

Un.: euros

Pré-financiamento (7% Fundo 2008- 2013)	PPI Solicitados	PPI Reembolsados	Pagamentos da COM realizados	Pagamentos da COM por satisfazer
1	2	3	4=1+3	5=2-3
825.158	8.622.906	8.043.612	8.868.770	579.294

Quadro 28: Pedidos de pagamento intermédios e reembolsos da COM

Un.: euros

Pedidos de Pagamento Intermédios (PPI)		Data	Montante	Reembolsos da COM	Data	Montante
1º/2010	3º trimestre	10-11-2010	70.534	1º/2010	14-12-2010	70.534
2º/2010	4º trimestre	31-01-2011	372.552	2º/2010	24-02-2011	372.552
3º/2011	1º trimestre	15-04-2011	36.647	3º/2011	31-05-2011	36.647
4º/2011	2º trimestre	25-07-2011	63.551	4º/2011	01-09-2011	63.551
5º/2011	3º trimestre	04-11-2011	9.715	5º/2011	13-12-2011	9.715
6º/2011	4º trimestre	30-01-2012	353.804	6º/2011	07-03-2012	353.804
7º/2012	1º trimestre <i>Acerto Conta Anual 2011</i>	30-04-2012	190.326 0,19	7º/2012	30-05-2012	190.326
8º/2012	2º trimestre	31-07-2012	969.319	8º/2012	31-08-2012	969.319
9º/2012	3º trimestre	09-11-2012	587.227	9º/2012	03-12-2012	587.227
10º/2012	4º trimestre	31-01-2013	1.627.343	10º/2012	12-03-2013	1.627.343
11º/2013	1º trimestre <i>Acerto Conta Anual 2012</i>	24-04-2013	581.920 0,22	11º/2013	25-06-2013	581.921
12º/2013	2º trimestre	29-07-2013	870.115	12º/2013	22-08-2013	870.115
13º/2013	3º trimestre	08-11-2013	1.052.353	13º/2013	02-12-2013	1.052.353
14º/2013	4º trimestre	31-01-2014	1.093.188	14º/2013	11-03-2014	1.093.188
15º/2014	1º trimestre <i>Acerto Conta Anual 2013</i>	25-04-2014	259.597	15º/2014	20-05-2014	165.019
16º/2014	2º trimestre	30-07-2014	67.042	16º/2014	-	-
17º/2014	3º trimestre	10-11-2014	355.560	17º/2014	-	-
18º/2014	4º trimestre	31-01-2015	62.115	18º/2014	-	-
TOTAL			8.622.906	TOTAL		8.043.612

5 MEDIDAS ADOTADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO

5.1 MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

5.1.1 ACOMPANHAMENTO

As ações de acompanhamento do Programa, para além do acompanhamento efetuado pelo OP no âmbito das suas competências, centraram-se essencialmente a três níveis:

- ❖ Acompanhamento e monitorização da execução do Programa;
- ❖ Acompanhamento e monitorização da execução das candidaturas e taxa de compromissos do Programa;
- ❖ Acompanhamento desenvolvido no âmbito da análise e validação dos pedidos de pagamento.

Em 2014, não obstante a regra n+2 já estar cumprida em novembro de 2013, manteve-se a necessidade de acompanhar a evolução da taxa de execução do Programa.

No âmbito do acompanhamento da execução das candidaturas, continuou a ser efetuada uma monitorização estreita dessa mesma execução através do contacto com os promotores.

Deste modo foi possível acompanhar e avaliar a evolução da taxa de compromissos do Programa, o que veio a permitir uma tomada de decisão atempada no que respeitou à identificação da possibilidade de celebração dos novos compromissos na AI 4, permitindo uma plena utilização dos apoios públicos disponíveis no fim do período de execução do Programa.

Relativamente ao terceiro nível do acompanhamento referido, este continuou a ser efetuado pelas DRAP, AG, IFAP, DRADR da região autónoma dos Açores e SRARN da região autónoma da Madeira.

5.1.2 AVALIAÇÃO

A AG do PRRN manteve o seu esforço no sentido de promover e melhorar a implementação do Programa, procurando também dar resposta à recomendação da Comissão Europeia, no sentido de ser obtida uma maior articulação entre os diferentes atores envolvidos nas atividades da rede e nos outros

programas de desenvolvimento rural (PDR), o que, sem prejuízo do que tinha sido já alcançado, foi reforçado através das novas candidaturas aprovadas em 2014 no âmbito da AI 4.

Entende-se, assim, que existe uma ligação e articulação adequada entre os agentes de desenvolvimento rural que são beneficiários do PRRN e do ProDeR. Esta ligação / articulação é garantida através de:

- ❖ PA apoiados pelo PRRN, que têm por objetivo avaliar políticas de desenvolvimento rural;
- ❖ PA apoiados pelo PRRN que têm por objetivo a melhoria de atividades passíveis de apoio através de outros PDR;
- ❖ Os novos PA aprovados no concurso da AI 4 de 2014 têm por objetivo analisar os resultados práticos dos apoios concedidos pelo ProDeR e/ou analisar os efeitos potenciais e alterações existentes ao nível dos novos apoios para o desenvolvimento rural para o período 2014-2020;
- ❖ Entidades que são simultaneamente beneficiárias do PRRN e do ProDeR;
- ❖ Atividades de divulgação apoiadas pelo PRRN, que abrangem temas apoiados por outros PDR.

Uma vez que durante 2014 estava concluída a execução da grande maioria dos PA aprovados, houve também uma particular atenção da AG nos resultados obtidos, nomeadamente através de um acompanhamento da evolução dos seus indicadores de realização.

5.2 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Durante o ano de 2014 o SIProDeR continuou a dar todo o apoio necessário à gestão do PRN.

Não existindo aberturas de avisos em 2014, e estando o Programa em fase de encerramento, as tarefas do SIProDeR para este período foram essencialmente de manutenção das ferramentas já existentes, tendo apenas sido desenvolvido um novo mapa para acompanhamento dos PA encerrados.

Assim, no âmbito do apoio prestado, relevam-se as seguintes das atividades correntes:

- ❖ Manutenção da listagem de acompanhamento da evolução dos projetos;
- ❖ Manutenção do portal de divulgação do PRN que se encontra disponível no endereço: <http://prn.ProDeR.pt>.

O SIIFAP manteve-se como o sistema de base de suporte à análise, decisão, contratação e pagamentos relativos aos PA, não tendo existido alterações face a 2013.

5.3 SISTEMAS DE CONTROLO

SISTEMAS DE CONTROLO (apresentação dos resultados de controlo do ano de 2013)

Em termos da atividade de controlo regulamentar, foram realizados os trabalhos de Certificação de Contas do OP-IFAP, no âmbito do Regulamento nº 885/2006 da Comissão de 21 de junho, pela autoridade competente e de auditoria, a Inspeção-Geral de Finanças (IGF). Na sequência do plano anual de controlos, foram realizados os controlos de natureza física específicos do FEADER, previstos no Regulamento (CE) nº 65/2011, nomeadamente, os controlos *in loco* (artigo 26º) realizados pelo IFAP e no âmbito da supervisão das funções delegadas.

Ainda de acordo com o mesmo regulamento (artigo 29º), o controlo *ex post* é da responsabilidade da IGAMAOT, não obstante no ano de 2014 não ter sido realizado nenhum controlo deste tipo.

AUDITORIAS

Quanto a auditorias *ad hoc*, não foram realizadas auditorias a este Programa em 2014.

SISTEMA DE CONTROLO DE QUALIDADE

Foram aplicados os procedimentos de controlo prévios à contratação, previstos na Norma 11/TR/2010 - Controlo de Qualidade. Foram dispensados da ação de controlo de qualidade os 3 PA pertencentes ao anúncio nº 1/AI4/2013, respeitante à AI 4 do PRRN “Facilitação do acesso à informação tendo em vista disponibilizar informação relevante para os agentes envolvidos no desenvolvimento do mundo rural”, enquadrada na alínea d) do artigo 2º da Portaria nº 501/2010, de 16 de julho, pelos resultados positivos obtidos no controlo de qualidade em gabinete, realizado em 22 de novembro e 20 de dezembro de 2013.

5.4 PROBLEMAS MAIS IMPORTANTES VERIFICADOS NA GESTÃO DO PROGRAMA

Em 2014, as principais dificuldades sentidas na gestão do PRRN centraram-se essencialmente a dois níveis:

- ❖ Garantia de que as candidaturas em execução fossem concluídas dentro dos prazos estabelecidos, minimizando o risco de uma eventual libertação de verbas;
- ❖ Monitorização do nível de subexecução das candidaturas concluídas e da taxa de compromissos do Programa, de forma a permitir, em tempo útil, a tomada de decisão relativa a uma eventual necessidade de aprovação de novas candidaturas, garantindo assim uma plena utilização dos apoios públicos disponíveis até ao fim do período de execução do Programa.

Estas dificuldades decorreram de vários fatores, destacando-se os seguintes:

- ❖ Manutenção das dificuldades sentidas pelas entidades públicas, face à atual conjuntura de forte restrição financeira de, atempadamente, dar a devida sequência aos procedimentos necessários para efetuar as aquisições de bens e serviços previstos em sede de candidaturas;
- ❖ Manutenção das dificuldades de tesouraria por parte das entidades privadas, com reflexos negativos na sua capacidade de execução.

No sentido de procurar ultrapassar essas dificuldades foram adotadas várias medidas, nomeadamente:

- ❖ Disponibilização regular nos *sites* do PRRN e do ProDeR de informação relativa à evolução da execução do Programa;

- ❖ Transmissão, via correio eletrónico e contacto telefónico, de alertas a todos os promotores no sentido de chamar a atenção para a necessidade da execução atempada das candidaturas;
- ❖ Monitorização, caso a caso, da execução das candidaturas no sentido de procurar garantir que estas fossem executadas dentro dos prazos estabelecidos.

5.4.1 MONITORIZAÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS – “OPERAÇÃO LIMPEZA”

O processo de monitorização da execução dos projetos aprovados no âmbito do PRRN teve continuidade em 2014, uma vez que o mesmo é fundamental para assegurar a integral utilização dos recursos financeiros que foram atribuídos ao Programa.

O trabalho desenvolvido em 2013 permitiu prever com detalhe a execução dos projetos, o que possibilitou elaborar um quadro previsional de libertação de verbas, cujo grau de confiança permitiu assegurar a acomodação do *overbooking* do Programa e prever disponibilidades de financiamento para a aprovação de novas candidaturas na AI 4, no terceiro quadrimestre de 2013, correspondendo às expectativas dos beneficiários desta Área.

Em 2014, a gestão voltou a apelar para a necessidade dos beneficiários executarem com a máxima celeridade os seus projetos e libertarem as verbas que efetivamente não tinham condições para executar ou que executaram por montantes inferiores aos previstos em sede de candidatura. Assim, no final do ano, e com exceção da AI 4 (na sequência da abertura do novo período de candidaturas em 2013) e de alguns projetos de assistência técnica da AI5, todos os PA se encontram concluídos tendo sido libertadas verbas no valor de 2.728 mil euros, que permitirão acomodar o já reduzido *overbooking* do Programa.

Figura 8: “Operação Limpeza” - Despesa pública libertada a 31-12-2014



5.5 EXAME ANUAL DO PROGRAMA

A reunião do exame anual do PRRN realizou-se em 27 de novembro de 2014, em Lisboa, e contou com a participação da AG, do OP-IFAP, do GPP e de representantes da Comissão Europeia - DG AGRI.

No âmbito deste exame anual a AG apresentou à Comissão um ponto de situação, reportado à data, do estado de execução do Programa, tendo dado evidência da evolução dos seus principais indicadores de realização financeira desde o último exame anual, realizado em novembro de 2013.

Neste período, a taxa de execução do Programa registou um aumento na ordem dos 11 p.p., desempenho que foi felicitado pelos representantes da Comissão Europeia e que reflete não só o trabalho desenvolvido pela gestão, mas também, e sobretudo, o esforço de execução que os beneficiários imprimiram nos seus projetos, correspondendo em força ao apelo da gestão no sentido de executarem os seus investimentos com a celeridade exigida.

Foi ainda apresentado, com detalhe, o nível de execução de cada uma das áreas de intervenção do Programa, tendo sido referido que apenas a AI 4 e a AI 5 apresentam projetos ainda não encerrados.

Foram ainda abordadas as principais dificuldades de execução, que se prenderam, tal como já tinha sido referido no exame anual de 2013, com o desempenho dos beneficiários públicos do Programa responsáveis por grande parte dos projetos aprovados, as quais decorrem principalmente das restrições impostas pela Lei dos Compromissos e que originaram, em sede de encerramento dos projetos, uma subexecução muito superior à dos beneficiários privados.

Foi ainda salientado o facto do cumprimento da regra n+2 ter acontecido ainda em 2013 estando a regra n+2 de 2015 em vias de ser cumprida.

A Comissão Europeia considerou que as autoridades nacionais responderam de forma esclarecedora às matérias abordadas no exame anual, pelo que, na sequência deste encontro, não identificou a necessidade de apresentar quaisquer observações nos termos do nº 2, do artigo 83º do Regulamento (CE) nº 1698/2005.

5.6 REUNIÃO DO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO

No dia 2 de junho de 2014 realizou-se em Lisboa, a 6ª reunião do CA do PRRN, a qual foi presidida pela Gestora do Programa, com a presença dos membros do CA e alguns convidados. Foram abordados os seguintes pontos:

❖ Ponto de situação do PRRN, incluindo uma análise da sua execução até à data e perspetivas

- À data do CA o Programa já tinha cumprido a regra n+2. Registou-se mais uma vez uma resposta muito positiva por parte dos beneficiários do PRRN, tendo estes executado em tempo recorde os projetos aprovados, evitando-se cortes adicionais ao Programa.
- Relativamente à situação de *overbooking* registada no ano anterior, esta acabou por ser ultrapassada por força da despesa pública libertada pelos projetos não executados ou executados por montantes inferiores aos aprovados, sendo que a verba libertada veio ainda a permitir abrir um novo concurso na AI 4. Aos projetos já concluídos correspondeu uma despesa pública de 10.067 mil euros e a cerca de 2.500 mil euros de despesa pública libertada, o que se traduziu numa subexecução média de cerca de 21%. Foi este montante que contribuiu decisivamente para resolver a questão do *overbooking* e, simultaneamente abrir, em 2013, um concurso para a AI 4. A despesa pública comprometida era de 11.894 mil euros, existindo apenas uma pequena diferença face à despesa pública programada, o que acautela alguma pequena subexecução que venha a ocorrer nos projetos que ainda não se encontram concluídos.
- Foi apresentada uma caracterização do tipo de projetos aprovados no PRRN, com base em dois indicadores: número de projetos aprovados e despesa pública aprovada em função da tipologia de beneficiários. Em ambas as situações se verificou que a fatia correspondente à administração central do Estado é a maior, sendo que tal pode decorrer da própria regulamentação do PRRN. Como segundo grupo mais representativo estão as organizações de agricultores (OA), sendo o seu peso maior quando se trata de despesa pública do que em termos de número de projetos. Esta situação é totalmente oposta à que se verificou quando os promotores são os Grupos de Ação Local (GAL). O peso dos GAL é maior em número de projetos do que em termos de despesa pública, o que significa que os seus projetos são normalmente de montantes inferiores. Os dois outros grupos mais representativos são as universidades e as organizações não-governamentais de ambiente, que

possuem um peso perfeitamente equilibrado, quer em termos de despesa pública quer em termos de número de projetos.

Relativamente às áreas dominantes em termos de despesa pública as principais são: a área do desenvolvimento rural seguida da agricultura, existindo depois pesos muito menores para as áreas da floresta, jovens agricultores e regadio. Em termos dos tipos de produtos gerados pelos projetos do PRN, verificou-se que o domínio pertence às atividades de divulgação e aos materiais de comunicação. Foi referido, ainda, que a grande maioria dos projetos tem um financiamento menor ou igual a 100 mil euros. Acima deste valor encontram-se muito poucos projetos, correspondendo na sua maioria a projetos das OA.

- Na sequência da apresentação de alguns projetos do PRN, tornou-se evidente o bom exemplo da articulação entre os apoios do Programa e os dos PRODER, tendo sido feita uma apresentação genérica da forma como se processa o cruzamento dos apoios.

Resumidamente pode afirmar-se que existe no universo de projetos financiados pelo PRN um cruzamento a nível temático de 100%, com o que são os objetivos das várias áreas de intervenção do PRODER. O que importa colocar em discussão é se o tipo de iniciativas apoiadas pelo PRN neste período de programação deve ou não ser afinado. O instrumento de apoio à RRN é muito elástico e está previsto que continue a sê-lo, pelo que poderá vir a apoiar projetos de forma e natureza muito diversa.

- Em termos de indicadores financeiros do Programa verificou-se que a taxa de aprovação teve uma subida abrupta no fim de 2011, de 50% para 113%, que na realidade se tratou de uma subida artificial. Não resultou da aprovação de novos projetos, mas decorreu simplesmente do corte do envelope financeiro do Programa pelas razões já conhecidas, sendo que atualmente esse *overbooking* de 13% já não existe. Atualmente o *overbooking* é de apenas 1%, que corresponde à margem de segurança existente para acautelar algumas verbas que possam vir a não ser executadas pelos projetos que se encontram ainda em curso e que serão concluídos até ao fim do corrente ano.

No que respeita à taxa de execução, verificou-se também uma subida abrupta desde o final de 2011, subida essa real, passando dos 8% para 49% no final de 2012 e para 85% no final de 2013, situando-se atualmente nos 88%. O período decorrido entre o último CA e o atual foi também um período recorde em termos de pagamentos, com um crescimento de quase 40%, tendo sido pagos cerca de 3.300 mil euros. Este facto resulta de um excelente ritmo de execução por parte dos beneficiários, mas também de uma grande regularidade nos pagamentos.

❖ **Aprovação do Relatório de Execução de 2013**

- Foi submetida à aprovação a segunda versão do relatório de execução do PRRN de 2013, tendo sido aprovado por unanimidade.

5.7 MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR QUE O PROGRAMA É OBJETO DE PUBLICIDADE

Às ações de comunicação e informação desenvolvidas em 2014 para publicitar o PRRN não foi alheia a realidade de execução do Programa. Com o cumprimento da regra n+2 relativa a 2014 em novembro de 2013 e o envelope financeiro comprometido na íntegra, o PRRN lançou-se à tarefa de encerrar os projetos já aprovados. Se até 2014, o número de beneficiários do PRRN que utilizaram a Linha Verde era muito residual, neste ano foi inexpressivo.

Assim, neste ponto serão somente abordados os canais disponibilizados ao público do PRRN com relevância estatística, para além das ações de comunicação e informação que foram desenvolvidas pela ETA da RRN, indicadas no seu Relatório de Atividades em anexo.

5.7.1 *SITE DO PRRN*

A rapidez, a facilidade e o baixo custo de acesso à informação proporcionados pela internet, bem como a possibilidade de disponibilizar imediatamente consideráveis volumes de informação, fizeram do *site* do PRRN um meio privilegiado de divulgação e informação sobre o Programa.

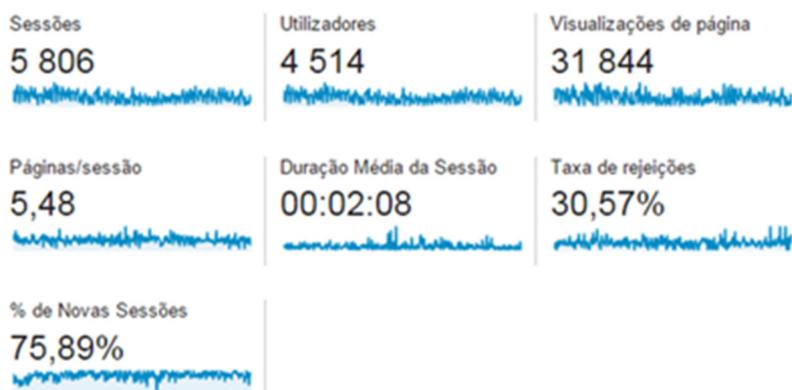
Em linha com a orientação geral de utilizar as plataformas de comunicação ProDeR para propagar de modo eficaz e eficiente a mensagem do PRRN, os principais conteúdos do Programa publicados no novo *site* são também colocados *online* no portal do ProDeR.

A partir de 1 de fevereiro de 2012, o *site* eletrônico oficial do PRRN passou a ser monitorizado com a ferramenta Google Analytics®, o que tem permitido realizar uma análise fina, em tempo real e mais aprofundada da sua *performance*.

Assim, substancialmente mais relevante, em termos de navegabilidade e usabilidade dos portais do que o número de visitas registradas, são os resultados que o *site* obteve ao nível da permanência dessa estada (quantas páginas foram visitadas e qual a sua duração) conforme apresentado na figura seguinte

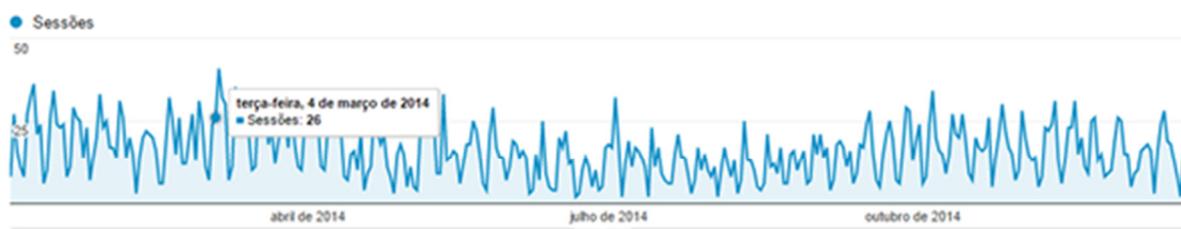
que mostra que cada visita tem uma duração média 2:08 minutos e são consultadas em média cerca de 5 páginas.

Quadro 29: Publicidade – Indicadores do *site* em 2014



Comparativamente à informação reportada em 2013, o número de visitantes ao *site* do PRRN diminuiu em 2014, mas a percentagem de novos visitantes teve um aumento significativo, cifrando-se atualmente nos 76%.

Figura 9: Publicidade – Acessos ao *site* em 2014



O gráfico supra apresenta uma distribuição uniforme do fluxo de visitantes ao *site* ao longo de todo o ano de 2014 - o dia em que se registaram o maior número de acessos, a 4 de março, significou um total de 26 visitantes.

5.7.2 CONTACT CENTER

No ano de 2014 o *Contact Center* manteve-se como a plataforma privilegiada de comunicação com o público do PRN. Assim, de uma forma direta, célere e eficaz, os seus beneficiários continuaram a ter disponível uma plataforma para exposição de dúvidas, apresentação de sugestões ou resolução de problemas diversos, através das seguintes vias:

- ❖ Endereço de Correio Eletrónico - ProDeR@gpp.pt
- ❖ Telefone - Linha Verde

5.7.3 COMUNICAÇÃO INTERNA

O PRN beneficiou também da relevância atribuída ao processo comunicacional interno, através dos canais e instrumentos de comunicação habitualmente utilizados pela AG, designadamente:

- ❖ a disponibilização diária do *clipping* eletrónico;
- ❖ a difusão também diária da legislação nacional e comunitária;
- ❖ a divulgação das mais relevantes tomadas de decisão/novos procedimentos da AG, em formato comunicado.

6 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS

Durante o ano de 2014, todas as regras relativas à concorrência, à contratação pública, à proteção e melhoria do ambiente, à promoção da igualdade entre os géneros e à não discriminação, aplicáveis ao PRRN, foram cumpridas em conformidade com as políticas comunitárias.

6.1 CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À CONCORRÊNCIA

As medidas previstas no âmbito do PRRN encontram-se dentro das condições e limites do Regulamento (CE) nº 1.698/2005, de 20 de setembro, e não se prevê financiamento nacional adicional.

6.2 CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À CONTRATAÇÃO PÚBLICA

As regras relativas à contratação pública encontram-se acauteladas através do controlo administrativo efetuado a todas as operações cujos beneficiários sejam organismos do Estado, com o integral respeito pela legislação comunitária e nacional, nomeadamente o Decreto-lei nº 197/99, de 8 de junho, que estabelece as regras da concorrência e dos contratos públicos, sucedido pelo Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, cuja aplicabilidade se iniciou em julho de 2008.

6.3 CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À PROTEÇÃO E MELHORIA DO AMBIENTE

O PRRN tem assegurado através do controlo administrativo e do controlo *in loco* o cumprimento das regras relativas à proteção e melhoria do ambiente.

6.4 CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À IGUALDADE ENTRE OS GÉNEROS E À NÃO DISCRIMINAÇÃO

O PRRN incorpora as disposições do Artigo 8º do Regulamento (CE) nº 1.698/2005, de 20 de setembro, relativas à igualdade entre homens e mulheres e não discriminação, na medida em que os requisitos exigidos prendem-se com as condições relativas ao exercício da atividade e necessárias à implementação dos investimentos propostos.

Todas as pessoas, independentemente do género, raça, religião ou orientação política, que preencham aqueles requisitos, estão em condições de beneficiar dos apoios.

São preocupações transversais do PRRN a atenuação de desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres e entre grupos etários, nomeadamente através dos seguintes preceitos:

- ❖ Assegurar que a informação sobre o Programa seja clara e acessível a todos os potenciais interessados, garantindo-se condições para mobilizar a sua participação;
- ❖ No processo de consulta a agentes económicos e sociais, foram incluídas organizações representativas das mulheres em meio rural;
- ❖ Nas medidas disponibilizadas, são criadas condições mais propícias a uma cidadania ativa e participativa, independentemente do género;
- ❖ No processo de acompanhamento e avaliação, será possível integrar os resultados obtidos através dos indicadores específicos, permitindo a aferição dos objetivos transversais a atingir.

7 REUTILIZAÇÃO DOS MONTANTES RECUPERADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 33º DO REGULAMENTO (CE) Nº 1290/2005

O Regulamento (CE) nº 1290/2005 do Conselho, de 21 de junho, relativo ao financiamento da PAC, prevê no seu artigo 33º (disposições específicas para as irregularidades do FEADER) que os EM devem efetuar correções financeiras em resultado do pagamento de algum montante indevido por fraude e negligência.

Estas correções são efetuadas através da anulação total ou parcial do financiamento comunitário em questão, de acordo com o sistema de recuperação de verbas da responsabilidade do OP.

Deste modo, os montantes excluídos do financiamento comunitário e os recuperados, bem como os respetivos juros, ocorridos no âmbito do PRRN, são reafectados para operações previstas no Programa de acordo com os seus procedimentos de recuperação.

Estes fundos só podem ser reutilizados ou recuperados para operações no âmbito do mesmo Programa, desde que não sejam reafectados a operações que tenham sido objeto de uma correção financeira.

Ficou desta forma garantida a afetação do financiamento comunitário recuperado às mesmas áreas / operações do Programa.

De acordo com a informação disponibilizada pelo OP os resultados são os que se apresentam em seguida.

Quadro 30: Recuperações - Base de dados de devedores a 31-12-2014

Un.: euros

Situação		Nº processos	Valores a recuperar	Valores recuperados	Valores em débito
Abertos	Em Curso	-	-	-	-
	Suspensos	-	-	-	-
Encerrados	Saldados	12	342.345	342.345	-
	Arquivados	-	-	-	-
	Incobráveis	-	-	-	-
TOTAL		12	342.345	342.345	-

ANEXOS

LISTA DE PA APOIADOS PELO PRN A 31-12-2014
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA REDE RURAL NACIONAL

AI	Designação da operação	Beneficiário	Despesa pública aprovada	
1	III Congresso Nacional de Rega e Drenagem - III CNRD	CENTRO OPERATIVO E DE TECNOLOGIA DE REGADIO	18.140	
	Projecto 5x5 - 5 Mil Casas em 5 Redes: Redes Temáticas Integradas de Turismo Rural	PRIVETUR ASSOC PORTUGUESA DE TURISMO NO ESPAÇO RURAL	127.616	
	Inovação Aberta como Ferramenta de Competitividade das Empresas Alimentares	TAGUS - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO INTERIOR	26.500	
	ICCEC - Indústrias Culturais e Criativas em Espaço Rurais		ADRMIMINHO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO VALE DO MINHO	35.422
			ADRIL - ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO LIMA	23.959
			ATAHCA-ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS TERRAS ALTAS DO HOMEM CÁVADO	22.974
			SOL DO AVE - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO VALE DO AVE	23.985
			PROBASTO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE BASTO	23.257
			ADER-SOUSA ASSOC DE DESENVOLVIMENTO RURAL DAS TERRAS DO SOUSA	24.827
			DOLMEN - COOPERATIVA DE FORMAÇÃO EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO BAIXO TAM	24.616
			ADRMAG - ASS. DE DESENV. INTG.SERRAS DE MONTEMURO ARADA E GRALHEIRA	24.814
			ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DAS TERRAS DE SANTA MARIA	23.037
			MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DESENVOLVIMENTO LOCAL	54.757
	Intervenção integrada e qualificada nos territórios rurais	ANPOC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PRODUTORES DE CEREAIS	49.551	
	CRIAÇÃO DE VALOR NA PRODUÇÃO NACIONAL DE CEREAIS, OLEAGINOSAS E PROTEAGINOSAS	INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA E VETERINÁRIA I.P.	12.180	
	ROTEIRO TEMÁTICO - Desenvolvimento Local nos Territórios Rurais	MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DESENVOLVIMENTO LOCAL	58.071	
	Boas Práticas Empreendedoras em Meio Rural	MONTE - DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL, ACE	62.763	
	Escola de Verão para o Desenvolvimento Rural	MONTE - DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL, ACE	60.479	
	Promover identif., análise e difusão de boas práticas desenv. empresarial e valoriz prod. agro-alim.		UNIVERSIDADE TRAS MONTES ALTO DOURO	47.761
			INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA	30.476
			DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	8.123
	Corknow-how: Conhecimento Suberícola em Rede	UNAC - UNIÃO DA FLORESTA MEDITERRÂNICA	107.156	
	Iniciativa Rural - Saber Mais, Para Fazer Melhor	CONFAGRI - CONF. NAC. DAS COOP. AGRIC. E CREDITO AGRIC. DE PORTUGAL CCRL	321.473	
	Inov. e Empreendedorismo M. Rural. Identif. e Divulg. de Boas Práticas nos S. Agríc. e Agro-Industrial		INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA	54.237
			INOVISA - ASSOCIAÇÃO PARA A INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	46.393
			AJAP - ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL	36.520
	Rede Comércio Sustentável Parques com Vida em territórios de Área Protegida no Norte de Portugal		INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DA REGIÃO DO NORTE - IDARN	4.545
			UNIVERSIDADE TRAS MONTES ALTO DOURO	59.104
			CORANE - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DOS CONCELHOS DA RAIA NORDESTINA	7.811
			DOURO SUPERIOR, ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	5.597
	Desenvolvimento e Promoção do "Guia de Apoio às Explorações Agrícolas"	ASSOCIAÇÃO PARQUES COM VIDA	48.278	
	Contribuição p/o aumento da rentabilidade e da sustentabilidade ambiental dos regadios a Sul do Tejo		DIRECCÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	2.310
		INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA	23.196	
Desenvolvimento e Inovação do Regadio		CENTRO OPERATIVO E DE TECNOLOGIA DE REGADIO	8.514	
		FENAREG - FEDERAÇÃO NACIONAL DE REGANTES DE PORTUGAL	74.027	
		ADL - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO LITORAL ALENTEJANO	7.222	
Contribuição p/o aumento da rentabilidade e da sustentabilidade ambiental dos regadios a Sul do Tejo		ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO RURAL DA CHARNECA RIBATEJANA	3.358	
		INSTITUTO POLITECNICO DE PORTALEGRE	60.356	
RUR@L INOV - Inovar em Meio Rural	UNIVERSIDADE TRAS MONTES ALTO DOURO	112.797		
Produção e divulgação de conteúdos potenciadores do desenvolvimento rural		DIRECCÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	19.308	
		CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA	121.890	
Princípios, Práticas e Políticas na Construção de Desenvolvimento Local-Rural: Casos de Sucesso	ASSOCIACAO ESTUDO DEFESA PATRIMONIO NATURAL CULTURAL CONCELHO DE MERTOLA	123.509		
ENOTURIS		APRODER-ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL DO RIBATEJO	9.282	
		ADREPES-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL	78.914	
		TAGUS - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO INTERIOR	2.213	

AI	Designação da operação	Beneficiário	Despesa pública aprovada
1	BIODIVERSIDADE A SEUS PÉS	ALMARGEM - ASSOCIAÇÃO DEFESA PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DO ALGARVE	46.349
	ASAS - Aldeias Sustentáveis e Activas	ANIMAR - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	215.134
		ICE-INSTITUTO DAS COMUNIDADES EDUCATIVAS	56.218
	Empreender na Fileira das PAM em Portugal	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE MOURA	43.781
		ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE MOURA	91.199
	Jovem Empresário Rural: Um novo conceito para potenciar o desenvolvimento rural	ANIMAR - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	90.308
	Efeito do Sistema de Normalização Contabilística na Agricultura	AJAP - ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL	329.078
	PITI - Plataforma Integrada de Transferência e Inovação	CONFEDERACAO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	126.479
	Desenvolvimento e Inovação no Regadio	TERRAS DENTRO - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO	56.013
		LEADERSOR - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO SOR	2.688
	À Descoberta do Mundo Rural	ICE-INSTITUTO DAS COMUNIDADES EDUCATIVAS	123.306
		ANIMAR - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	49.385
	Boas práticas agrícolas para uso sustentado dos efluentes pecuários	DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	38.522
		DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	66.384
		ESCOLA SUPERIOR AGRARIA DE COIMBRA	36.597
		INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO	100.938
		UNIVERSIDADE TRAS MONTES ALTO DOURO	73.200
		DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO	9.160
		AGROS - UNIAO DAS COOP PROD DE LEITE DE ENTRE DOURO E MINHO E T-M UCRL	21.531
		DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO ALENTEJO	25.368
	Debate sobre as Estratégias Locais de Desenvolvimento e os Modelos da Governança na Região	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	5.205
		UNIVERSIDADE DE EVORA	29.633
		MONTE - DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL, ACE	5.510
	Manual Boas Práticas de Colheita e consumo de Cogumelos Silvestres e Guia do Campo Espécies Cogum...	DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	46.756
		AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL	11.905
	Definição metod. p/valor. e gestão bacias hidrográficas e sítios de interesse natural em territ. rurais	ADER-SOUSA ASSOC DE DESENVOLVIMENTO RURAL DAS TERRAS DO SOUSA	129.439
	Empresas e Biodiversidade - Mundo Rural	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DAS TERRAS DE SANTA MARIA	55.460
	Capacitação de explorações agrícolas para a certificação de sustentabilidade	QUERCUS-ASSOCIACAO NACIONAL CONSERVACAO DA NATUREZA	30.667
	A mulher e a agricultura: factores de diferenciação da Região Demarcada do Douro	LIGA PARA A PROTECÇÃO DA NATUREZA	47.176
	Turismo em Áreas Rurais: Identificação, promoção e disseminação de boas práticas	ASSOCIAÇÃO DE VITIVINICULTORES INDEPENDENTES DO DOURO - AVIDOURO	58.839
	Disseminação de boas práticas para a biodiversidade na aplicação de compromissos agro-ambientais	LIGA PARA A PROTECÇÃO DA NATUREZA	40.461
		LIGA PARA A PROTECÇÃO DA NATUREZA	43.677
	Turismo de Aldeia como Potencial de Dinamização Económica dos Núcleos Rurais	CONFEDERACAO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	25.385
Promoção da aquisição de competências e novos conhecimentos para os Grupos de Acção Local	ATA - ASSOCIAÇÃO DO TURISMO DE ALDEIA	119.199	
Valorização de serviços ambientais de agro-ecossistemas em áreas protegidas	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	10.470	
	QUERCUS-ASSOCIACAO NACIONAL CONSERVACAO DA NATUREZA	78.864	
Estudo e Valorização do Património Rural da Região da Beira Serra	UNIVERSIDADE TRAS MONTES ALTO DOURO	74.661	
FURURURAL - As Boas Práticas como Factor de Desenvolvimento do Mundo Rural	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS JOVENS AGRICULTORES E DO DESENVOLVIMENTO RURAL	50.721	
Difundir Boas Práticas p/ melhoria eficiência ovicultura Serra Estrela e inform. dinamizad. sector	NERPOR NUCLEO EMPRESARIAL REGIAO PORTALEGRE	66.933	
	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO	98.834	
	ESTRELACOOP - COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE QUEIJO SERRA DA ESTRELA CRL	25.917	
		86	4.778.667

AI	Designação da operação	Beneficiário	Despesa pública aprovada
2	II Encontros Europeus LEADER Periurbanos	ADREPES-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL	81.253
	Reforço de competências para a cooperação em territórios Rurais - o CRDR do Monte	MONTE - DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL, ACE	46.228
	Encontro de Cooperação com Países Lusófonos - Torres Novas 2010	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO NORTE	77.211
	Territórios Rurais em Rede	MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DESENVOLVIMENTO LOCAL	53.516
	Aprofundamento e Debate Cooperação entre Territórios - Criação e Desenv. Oficinas Cooperação	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	1.396
		GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	2.503
	Territórios Rurais em Rede II	DIRECCÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	12.833
		MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DESENVOLVIMENTO LOCAL	65.176
	RIOS - Rede de Inovação e Oportunidades para a Sustentabilidade	ASSOCIACAO ESTUDO DEFESA PATRIMONIO NATURAL CULTURAL CONCELHO DE MERTOLA	63.011
		ASSOCIACÃO TERRAS DO BAIXO GUADIANA	8.803
	Geminações - realidade e oportunidades	ADRUSE - ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO RURAL SERRA ESTRELA	81.255
		PRÓ-RAIA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA RAIA CENTRO NORTE	22.634
		RAIA HISTORICA - ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE DA BEIRA	71.784
		ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO NORTE	19.030
		ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DAS TERRAS DE SANTA MARIA	18.659
	Lusofonia e Desenvolvimento Rural	CORANE - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DOS CONCELHOS DA RAIA NORDESTINA	15.781
		PINHAL MAIOR - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO PINHAL INTERIOR SUL	1.817
		ADRIMINHO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO VALE DO MINHO	6.228
	ADRIMAG - ASS. DE DESENV. INTG.SERRAS DE MONTEMURO ARADA E GRALHEIRA	22.500	
	ATAHCA-ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS TERRAS ALTAS DO HOMEM CÁVADO	11.267	
	ADICES - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	3.313	
		21	686.197
3	O Espaço Rural Português face à Reforma da PAC pós 2013	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	108.959
	Política Agrícola e Alimentar Comum para o pós 2013 na Óptica da Soberania Alimentar	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	520
		CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA	27.385
	Internacionalização do Turismo em Meio Rural	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	57.641
	Desenv de Indicadores Agro-ambientais para a Identificação dos efeitos das Políticas sobre o Mundo Rural	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	55.910
		INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA E VETERINÁRIA I.P.	74.446
	Implem. e Avaliação dos Instrum. de Política para o Desenvol. Rural - Facilitar, Proc. e Observar Desenv.	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	161.810
		SPEA-SOCIEDADE PORTUGUESA PARA O ESTUDO DAS AVES	65.182
	Aprofundar o conhecimento sobre a importância da fileira do leite e prosp. a evolução desse sector	DIRECCÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA AGRICULTURA	47.475
	Instalação de Jovens Agricultores: Factores que determinam o sucesso	AJAP - ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL	119.451
		GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	7.008
	Proj. Piloto Aval. Adequabilidade Impacto Implem. Med. Incrém. Biodiversidade Exp. Agric. Continente	CONFEDERACAO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	66.627
		LIGA PARA A PROTECCÃO DA NATUREZA	29.106
	Ciclo de Seminários - Agricultura e Desenvolvimento Rural	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO ALENTEJO	553
		GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	25.167
Avaliação Contínua do Programa da Rede Rural Nacional	DIRECCÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	1.685	
Quadro de Referência para o Desenvolvimento Local - Rural no Horizonte 2020	MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DESENVOLVIMENTO LOCAL	47.638	
	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO ALENTEJO	6.455	
	CONFEDERACAO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	99.392	
Fase exec. Proj. - piloto p/avaliação de adequabilidade e impacto da implem. medidas de increm. biodiv.	SPEA-SOCIEDADE PORTUGUESA PARA O ESTUDO DAS AVES	18.099	
	LIGA PARA A PROTECCÃO DA NATUREZA	79.091	
	DIRECCÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	3.254	

AI	Designação da operação	Beneficiário	Despesa pública aprovada
3	Dinâmicas e Políticas para o Desenvolvimento Rural	ANIMAR - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	100.666
		INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA	13.831
		ROTA DO GUADIANA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO	19.134
		INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA E VETERINÁRIA I.P.	12.949
	Avaliação do Impacto do Acomp. Téc. na Sustentabilidade da Instalação dos Jovens Agricultores	AJAP - ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL	127.029
	Exportação no Sector Agrícola e Agro-alimentar: análise prospectiva e estudo de benchmarking	AJAP - ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL	112.422
		INOVISA - ASSOCIAÇÃO PARA A INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	39.488
		GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	23.862
	Instrumentos de engenharia financeira e polit. de prom. de eficiência energética na PAC pós 2013	CONFAGRI - CONF. NAC. DAS COOP. AGRIC. E CREDITO AGRIC. DE PORTUGAL CCRL	17.499
		CONFEDERACAO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	19.394
	MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DESENVOLVIMENTO LOCAL	18.864	
33			1.607.993
4	Edição, Publicação: "Eficiên. Energética no Regadio", "Protocolo Audit. Energética em Estações Elevatórias"	CENTRO OPERATIVO E DE TECNOLOGIA DE REGADIO	30.761
	1º Congresso Galaico-Transmontano das Áreas Comunitárias	FAGRORURAL-FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES AGRO-FLORESTAIS TRANSMONTANAS	20.167
	Rede de Informação no Meio Rural	AGRESTA - ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO MINHO	10.501
	Promoção da agricultura como sector fundamental para um desenvolvimento sustentável na região de LVT	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS JOVENS AGRICULTORES E DO DESENVOLVIMENTO RURAL	204.782
	Plataforma de Suporte à Rede dos Jovens Empresários Rurais	AJAP - ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL	90.965
	Divulgação e Sensibilização	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA	43.350
	Semente na Terra	ASSOCIAÇÃO DISTRITAL DOS AGRICULTORES DE CASTELO BRANCO	18.085
	1º Congresso Europeu das Áreas Comunitárias	BALADI FEDERAÇÃO NACIONAL DOS BALDIOS	48.926
	Uma Sensibilização Positiva da Sociedade	CONFEDERACAO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	391.361
	Comunicação para o Desenvolvimento Territorial	MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DESENVOLVIMENTO LOCAL	301.189
	Criação, Desenvolvimento e Actualização do Sítio da RRN e Edição de Publicações	DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	99.421
	PORTALRURAL - Promoção e Divulgação da Informação no Mundo Rural	NERPOR NUCLEO EMPRESARIAL REGIAO PORTALEGRE	65.601
	Roteiro Digital - Jovens Agricultores	AJAP - ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL	47.535
	Rural. mov - Seleção e Prom. dos melhores proj., de inovação e desen. empresarial finan. pelo PRODER	INOVISA - ASSOCIAÇÃO PARA A INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	42.603
	Pessoas e Lugares - Comunicação para o Desenvolvimento Territorial	MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DESENVOLVIMENTO LOCAL	49.789
	Medidas de apoio à competitividade da nova PAC - Impacto no setor do milho	ANPROMIS - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PRODUTORES DE MILHO E SORGO	46.983
	Floresta - Impacto do PRODER no Tecido Florestal Nacional	APAS FLORESTA - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS	44.710
	Esclarecimento adequado da PAC pós 2013	CONFEDERACAO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	49.699
	Elaboração de Cadernos Temáticos	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA	49.589
	MAIS INFORMAÇÃO, BOM AMBIENTE, MELHOR FLORESTA	AFIN - ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO INTERIOR	30.549
	CONFAGRI - Informa: Os desafios da nova PAC	CONFAGRI - CONF. NAC. DAS COOP. AGRIC. E CREDITO AGRIC. DE PORTUGAL CCRL	49.969
	Desafio 2020 - A informação digital, os Grupo de Baldios e os import. papeis na dinâmica territorial	SECRETARIADO DOS BALDIOS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO	47.236
	Promoção, Valorização e Comercialização dos Recursos Florestais do Minho	ADEFM - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DA FLORESTA DO MINHO	27.519
	Regadio no contexto da Estratégia Europa 2020: sustentável e integrador	FENAREG - FEDERAÇÃO NACIONAL DE REGANTES DE PORTUGAL	37.833
	Estar informado, faz a diferença	ASSOCIAÇÃO DISTRITAL DOS AGRICULTORES DE CASTELO BRANCO	31.035
	Douro 2014-2020 - Um percurso de afirmação territorial e de sustent. a lig. entre o vinho e as gentes	ASSOCIAÇÃO DE VITIVINICULTORES INDEPENDENTES DO DOURO - AVIDOURO	44.378
	Produção e divulgação de conteúdos técnicos para o olival tradicional	ROTA DO GUADIANA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO	44.505
	RURANIMAR - Valorização e articulação de políticas e práticas de animação em contexto rural	ANIMAR - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	49.829
	Formar para a produção de plantas aromáticas e medicinais em Portugal	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE MOURA	45.713
	29		

Un.: euros

AI	Designação da operação	Beneficiário	Despesa pública aprovada
5	Despesas Funcionamento Rede Rural - Ano 2009	SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	5.607
	Apoio ao Funcionamento da Estrutura da Rede Rural 2009	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DE LISBOA E VALE DO TEJO	13.751
	Funcionamento da Rede Rural 2008	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	54.660
	Funcionamento da Rede Rural 2009	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	141.067
	Funcionamento da Rede Rural na área da DRAP Alentejo para o ano 2009	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO ALENTEJO	18.072
	Apoio ao Funcionamento do PRRN da área da DRAP Algarve para o ano de 2009	DIRECCAO REGIONAL AGRICULTURA E PESCAS DO ALGARVE	12.091
	Apoio ao funcionamento da Estrutura da Rede Rural Nacional da área da DRAP Centro para o ano de 2009	DIRECCÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO	14.228
	Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN) no ano 2009	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	11.228
	Apoio ao Funcionamento da Estrutura da Rede Rural 2010	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DE LISBOA E VALE DO TEJO	40.602
	Funcionamento da Rede Rural na área da DRAPALE para 2010	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO ALENTEJO	24.229
	Criação e Funcionamento da Estrutura de Gestão de Apoio ao Gestor e Divulgação do PRRN para 2010	DIRECCÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	146.105
	Despesas de Funcionamento da Rede Rural - Ano 2010	SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	9.294
	Criação, Coordenação e Animação da Rede Rural Nacional - Ano 2010	DIRECCÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	125.280
	Funcionamento da Rede Rural 2010	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	60.523
	Financiamento no âmbito do PRRN para a DRAP Norte no ano de 2010	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	19.234
	Apoio ao Funcionamento do PRRN na área da DRAP Algarve para o ano de 2010	DIRECCAO REGIONAL AGRICULTURA E PESCAS DO ALGARVE	17.573
	Apoio ao funcionamento da Estrutura da Rede Rural Nacional da área da DRAP Centro para o ano de 2010	DIRECCÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO	11.961
	Funcionamento do Ponto Focal da RRN na Região Autónoma dos Açores	DIRECCÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA AGRICULTURA	13.004
	Funcionamento do Ponto Focal da RRN na Região Autónoma dos Açores para o ano de 2011	DIRECCÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA AGRICULTURA	17.715
	Funcionamento da estrutura de gestão de apoio ao gestor e divulgação do PRRN no ano de 2011	DIRECCÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	302.603
	Apoio ao Funcionamento do Programa da Rede Rural Nacional na área da DRAP Algarve para o ano de 2011	DIRECCAO REGIONAL AGRICULTURA E PESCAS DO ALGARVE	44.749
	Apoio ao Funcionamento da Estrutura da Rede Rural Nacional da área da DRAP Centro para o ano de 2011	DIRECCÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO	26.285
	Coordenação e Animação da Rede Rural Nacional - 2011	DIRECCÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	491.057
	Apoio ao Funcionamento da Estrutura da Rede Rural 2011	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DE LISBOA E VALE DO TEJO	43.502
	Financiamento no âmbito do PRRN, para a DRAP Norte no ano de 2011	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	22.533
	Despesas Funcionamento Rede Rural - Ano 2011	SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	40.973
	Funcionamento da Rede Rural na área da DRAP Alentejo pra o ano de 2011	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO ALENTEJO	27.624
	Implementação do sistema de informação de suporte às candidaturas e ped. pag. da Rede Rural Nacional	INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS I.P.	127.624
	Funcionamento da Estrutura de Gestão de apoio ao Gestor e divulgação do PRRN no ano de 2012	ESTRUTURA DE MISSÃO PARA O PROGRAMA DESENVOLVIMENTO RURAL DO CONTINENTE	355.635
	Coordenação e Animação da Rede Rural Nacional	DIRECCÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	457.254
	30	2.696.062	
	199	11.833.500	